



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

71

### ATA N.º 36/XII-2º/2018-19

Aos vinte e três dias do mês de outubro de dois mil e dezanove, pelas 21H15, no Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro, na rua Professor Ruy Luís Gomes no Laranjeiro, realizou-se a terceira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de setembro da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

3 - Período da Ordem do Dia

Continuação:

3.12 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Minuta de Acordo a celebrar entre a Câmara Municipal de Almada e a REN”;

3.13 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”;

3.14 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação do Município na Associação de Turismo de Lisboa”;

3.15 – Apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da declaração de alteração por adaptação dos PMOT em vigor, com vista à integração, e consequente compatibilização, das normas do Programa da Orla Costeira de Alcoaça-Cabo Espichel (POC-ACE).”

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Carlos Manuel Coelho Revés; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque; António Francisco Salgueiro; Augusto António Brinquete Proença; Marina Alexandra Pereira Lopes; Inês Pizarat Correia Bom; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Pedro Miguel de Amorim Matias; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – Do Senhor Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Ana Salvado (PS), Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva (PS), Elisabete Peres Pereira (CDU), Eva Sofia Gomes (CDU), Daniel Sobral (CDU), Sílvia Maria Mendes de Sousa (PSD), manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

4.1.1 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS), por impedimento de Sérgio Cantante Faria de Bastos; Carina Manuela Silva Mendes Rocha de Sousa(PS); Mara Rita Silva Martins (CDU), por impedimento de José Gabriel Guiomar Joaquim; António Abrantes de Almeida (CDU), por impedimento de Jorge Miguel Oliveira Feliciano, de Mário José de Sousa Pedrosa, Andreia Sofia Egas, António José Olaio da Silva, de José Augusto Tavares Oliveira e de Joana Tavares Reis Raposo; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD), por impedimento de Sónia Raquel Faria.



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

**4.1.2** - A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pela eleita Patrícia Mónica de Carvalho Gancho Brito.

**4.1.3** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada do Senhor Deputado Municipal Daniel Sobral (CDU).

**4.2**- O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença da Senhora Vereadora Lina Gonzalez em substituição do Senhor Vereador Nuno Matias e do Senhor Vereador Luís Filipe Pereira em substituição da Senhora Vereadora Joana Mortágua.

**4.3** – O Senhor Presidente deu informação à Assembleia sobre os requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal:

**4.3.1** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) sobre a Linha de Muito Alta Tensão, enviado para a Câmara Municipal em 11/7/2018, ainda não foi respondido.

**4.3.2** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre intervenção de requalificação do edificado da Incrível Almadense, enviado para a Câmara Municipal em 7/5/2019, ainda não foi respondido.

**4.3.3** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre degradação da estrada nacional 10-1, enviado para a Câmara Municipal em 2/9/2019, ainda não foi respondido.

**4.3.4** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre alerta e preocupações com a vespa velutina, enviado para a Câmara Municipal em 2/9/2019, ainda não foi respondido.

**4.3.5** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind) sobre descargas nas águas do Rio Tejo na zona do 2º Torrão na Trafaria, enviado para a Câmara Municipal em 24/5/2019, foi respondido em 23/10/2019.

**4.3.6** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre concurso gastronómico “sabores de Almada 2019”, enviado para a Câmara Municipal em 21/8/2019, ainda não foi respondido.

**4.3.7** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre peixes mortos nas praias do Município, enviado para a Câmara Municipal em 21/8/2019, foi respondido em 23/10/2019.

**4.3.8** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre qualidade da água do lago do Parque da Paz, enviado para a Câmara Municipal em 30/8/2019, foi respondido em 23/10/2019.

**4.3.9** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre responsabilidade pelos animais no Parque da Paz, enviado para a Câmara Municipal em 30/8/2019, foi respondido em 23/10/2019.

**4.3.10** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre utilização de produtos fitofarmacêuticos à base de glifosato em espaços públicos, enviado para a Câmara Municipal em 5/9/2019, ainda não foi respondido.

**4.3.11** - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre campanha de esterilização de animais de companhia, enviado para a Câmara Municipal em 5/9/2019, ainda não foi respondido.

**5** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**5.1** - Usaram da palavra os Senhores Múncipes Rui Spínola, Reinaldo José Vaz Marujo, Gomesindo Pereira, João Pedro Eixa dos Santos, e Paulo Tendeiro.

**5.1.1** – O Senhor Múncipe Rui Spínola:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

71

O meu nome é Rui Spínola, sou residente no Concelho de Almada, mais propriamente na Freguesia da Charneca de Caparica. A minha presença hoje aqui, deve-se ao facto, de ter assistido à última Assembleia Municipal e de ter sentido a obrigação de falar sobre um tema importante para a população da Charneca de Caparica e por consequência como residente, também importante para mim.

Eu percebo a política e a sua importância no contexto da democracia, mas não percebo nem aceito a sua utilização, para nada mais, que não seja o interesse da população. É assim que eu entendo que se deve nortear quem foi eleito ou desempenha funções públicas.

Após esta introdução, gostaria de fazer um agradecimento especial à Senhora Presidente da Câmara, por me ter permitido assistir à sessão de esclarecimento sobre o enterramento dos cabos de muita alta tensão e a requalificação da estrada 377 da Charneca de Caparica.

E faço este agradecimento, porque na última Assembleia Municipal ouvi aqui nesta sala, que este executivo da Câmara tudo fez para que uma Junta de Freguesia não fosse a esta sessão de esclarecimentos, nem recebesse informação sobre esta temática. E refiro-me concretamente à União das Freguesias de Caparica e Trafaria. Eu garanto (porque estive lá) que esta sessão de esclarecimentos não foi feita de forma obscura ou secreta, até porque eu e grande parte das pessoas que lá estiveram não receberam convites formais de quem quer que fosse. Mas Senhora Presidente, pode ficar descansada, que isto não se trata de nenhuma trica entre a dita Junta e este executivo camarário, isto porque segundo uma notícia da LUSA de 24 janeiro 2014, diversos órgãos municipais do Concelho de Almada estiveram reunidos na altura, para debater o tema da linha de muito alta tensão, e estiveram presentes representantes da Câmara municipal de Almada, da Assembleia Municipal, da Junta Charneca de Caparica Sobreda e note-se, sabe quem é este ausente? Bem, quem não apareceu foi a mesma Junta que também não apareceu agora. Por isso Senhora Presidente, não é nada contra si ou esta Câmara, porque até com o executivo autárquico da mesma cor, eles não aparecem.

Talvez o tema não lhes seja importante. Ou então, não aparecem para depois poderem dizer que não estiveram presentes. Para mim o tema é importante, daí ter comparecido na altura e estar aqui agora.

Para aqueles que não estiveram presentes ou para relembrar os que lá estiveram na última sessão de esclarecimentos, no Auditório da Junta de Freguesia na Charneca de Caparica, a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada abriu os trabalhos lamentando precisamente a ausência da dita Junta de Freguesia e que teria sido importante a sua comparência para esclarecimento cabal das dúvidas sobre este tema. Para além de outros, estiveram presentes nessa sessão de esclarecimentos o executivo Camarário, o executivo da Junta Charneca de Caparica Sobreda, Vereadores e Deputados Municipais, os responsáveis da REN, e uma Professora de Física da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa – FCT/UNL.

Esta professora, explicou de uma forma simples e clara, as implicações na saúde das pessoas, sobre o enterramento dos cabos de alta tensão. E retirando daqui o palavreado técnico científico da "intensidade do campo elétrico", da "intensidade do campo magnético", "campos estáticos" ou "campos de baixa frequência" a unidade de medida "kilovolt" "microtesla", isto porque a maior parte das pessoas fala acerca destes temas, mas não percebe nada acerca deles. Simples, a Professora explicou que com os dados atuais, não existe qualquer risco para a saúde pública, ficando estas radiações muito abaixo dos limites impostos por Lei, que por sua vez já são exageradamente baixos para defesa da população.

Todos os presentes tiveram a oportunidade de colocar as questões técnicas que considerassem pertinentes e já agora devo salientar que, quer por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, quer do Presidente da Junta de Freguesias Charneca de Caparica Sobreda, a preocupação principal e salientada por diversas vezes, era o esclarecimento cabal, da existência ou não de problemas para a saúde das pessoas com o enterramento dos cabos.

Ficou claro, que de acordo com os estudos científicos existentes e com as diversas organizações nacionais e internacionais, entre as quais estão a DGS e a Organização Mundial de Saúde, não existem perigos comprovados dos campos eletromagnéticos gerados pelo enterramento dos cabos de alta tensão.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Não é demais lembrar, que o ser humano não conseguiria viver sem campos eletromagnéticos. A terra tem campo magnético e as pessoas também, já para não falar do uso no nosso quotidiano do frigorífico, micro-ondas, secador de cabelo, telemóvel, monitores, máquinas de lavar etc., etc., etc.

Todos temos as nossas opiniões, mas depois de nos demonstrarem os factos e evidências que estamos enganados, nós continuarmos orgulhosamente com a mesma opinião, bem, há quem lhe chame política, outros dirão que é teimosia, eu direi que é falta de sabedoria.”

### 5.1.2 – O Senhor Município Reinaldo José Vaz Marujo:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho aqui pôr duas questões simples, mas que penso que afetam muitas pessoas.

A primeira, a mais simples, tem a ver com uma simples coisa que se chama a recolha do lixo das obras. A recolha do lixo das obras, segundo o seu regulamento, é só permitida a pessoas que morem na Freguesia e requisitados na respetiva Freguesia. Com limites de quatro em cada seis meses.

A questão que se coloca aqui é esta: o que fazem como é o meu caso neste momento e de outros meus colegas, que são administradores e que fazem obras no prédio, e que vão à Junta e a Junta se recusa a ceder-lhes os sacos, porque o condomínio, não existe. Ora, como vossas excelências sabem, o condomínio, a figura do condomínio, até aceite fiscalmente com um certo fairplay, ou seja, não é tributado, mas é reconhecido por ter número de contribuinte. E parece esquisito e estranho, que as Juntas de Freguesia considerem que não existe esta figura do condomínio. E então, o que é que acontece? Eu tive que requisitar os sacos em meu nome quando eles eram para o condomínio, e agora quero os sacos para mim, porque preciso para obras que estou a fazer, e não os posso requisitar. Ora, o que eu pedia é aos Senhores/as Presidentes de Juntas, que analisassem essa situação, porque uma coisa é uma empresa, de facto, as empresas não são abrangidas, mas o condomínio, quando faz pequenas obras nas suas instalações, é ridículo, que tenha que ser o administrador que tenha que dar a cara. O administrador representa de facto o condomínio, mas o saco tem que ser requisitado em nome do condomínio e não do administrador. Essa é uma questão que gostaria que fosse analisada pelos Senhores/as Presidentes de Juntas.

A segunda questão que eu queria colocar, é uma questão relacionada com a ECALMA. A ECALMA, como todos sabemos é uma figura muito pouco querida pelos almadenses, já há muitos anos. Tanto no tempo da CDU, como agora no tempo do PS. E inexplicavelmente, o PS fez um acordo com o PSD, para a Câmara Municipal, e o PSD se me permitem recordar, uma das campanhas que fazia era acabar com a ECALMA. Ora, o que é que se verifica neste momento. É que a ECALMA, nunca teve uma atitude tão agressiva e tão fiscalizadora como está neste momento. Eu dou-vos o meu exemplo. Eu tenho o meu carro no parque do Laranjeiro, que é onde vivo, onde pago uma avença e tenho um cartão e só porque apanhei um bocadinho do espaço de deficiente, quando aquele parque tem muitos lugares vagos, fui rebocado. Eu sou rebocado de um parque privativo em que eu pago uma avença sem me darem satisfação nenhuma? Isto é correto, a ECALMA fazer uma coisa destas? Eu tive o cuidado de pedir a opinião a um jurista sobre isto e ele disse-me inequivocamente, que a ECALMA não podia fazer isto. E se eu pusesse a ECALMA em Tribunal, ganhava o processo.

Portanto, eu queria alertar aqui sobretudo o Vereador responsável pela ECALMA, que me parece que isto não é correto, a ECALMA entrar num parque privado, rebocar um carro e não dar satisfações a ninguém, inclusivamente quando se sabe que tem elementos do proprietário do carro. É fácil chegar ao proprietário do carro e avisar o proprietário do carro. Agora, rebocarem-me o carro, ficou-me em 172 euros esta festa. Isto desculpem, isto é um roubo. O que a ECALMA fez é um roubo. E parece que esta fúria da ECALMA está a tomar proporções gigantescas. Isto é a opinião das pessoas.”

### 5.1.3 – O Senhor Município Gomesindo Pereira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;





## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

71

O assunto que aqui me traz a esta Assembleia Municipal não é mais nem menos, do que reiterar o que pedi no dia 27 do mês passado. Uma simples certidão, referente a um lote de terreno situado na rua do Sol, Quinta da Cerieira, Freguesia da Sobreda.

O que a legislação diz no direito à informação, que são 15 dias para se passar a referida certidão. Ora eu já requeri em 3 de abril do corrente ano, já lá vão sete meses. Eu paguei o serviço da informação na hora em que entreguei o requerimento. Vai para sete meses, não sei quantos meses serão precisos para passar uma simples certidão.

Refere-se a um lote de terreno, tenho uma escritura marcada, agendada como é evidente, para fazer uma escritura. Sete meses. Quando o artigo 111º, do diploma que a aprova, dá 15 dias para passarem certidão.

Mandei um email recentemente, foi a gestora que lida com o processo que está entregue ao Senhor que trata do assunto que é um arquiteto, não vale a pena referir aqui nomes, o que sei dizer e que insisti com um email, para quê? Eu venho reiterar o mesmo assunto do dia, 27 de setembro. Quantas vezes é preciso vir aqui a uma Sessão da Assembleia Municipal, quantos meses são precisos para passar uma certidão que têm lá tudo.

Contratei o topógrafo que é a retificação da área de um lote, contratei um topógrafo, porque a Câmara Municipal não dispõe de topógrafo, para fazer levantamentos topográficos, entreguei o requerimento, entreguei tudo o que era preciso entregar na Câmara Municipal, até hoje zero, não há informação pela via seja ela qual for.

Eu agora pergunto, quanto tempo mais para me passarem uma certidão? É lamentável, eu paguei o serviço na hora, não foi prestado. Como é que eu devo classificar isto? Foi-me usurpado o dinheiro? Para quê? Eu preciso da certidão. A primeira vez que eu aqui vim, deram-me toda a razão, mas eu não me governo pela razão, governo-me pelo trabalho feito. Eu trabalho em urbanizações há vinte e tal anos, infelizmente. Infelizmente, sou vítima. Eu sei o tempo que isto leva. Mas uma simples certidão? Faz-se uma simples carta num quarto de hora, depende. Quem é que pode rever ou ver o assunto? O trabalho está entregue ao Senhor Arquiteto, eu venho aqui entregar se é que o podem receber, todos os dados. A Senhora Presidente da outra vez tomou nota, mas eu venho aqui pela mesma razão e motivos. Senhora Presidente, não sei o que é que se possa fazer. É que eu tenho a escritura agendada. Isso vai me trazer prejuízos, porque eu fui às finanças, aquilo que as finanças me pediram, foi para levar uma certidão da Câmara Municipal, para efeitos do IMI, para se perceber se podia ser alterado ou não, e eu tenho-os ali parti para a conservatória para resolver o problema da escritura. Eu tenho que estar quanto tempo mais? Sete meses já estão praticamente passados, isto é lamentável, francamente. Isto num país do terceiro mundo era muito mais rápido. Não sei onde estamos, onde vivemos atualmente, a não ser que esteja em falência a parte administrativa da Câmara Municipal, não sei, porque eu chego lá nem o lote conseguem localizar no projeto. Houve lá administrativos que me disseram que a Câmara Municipal não passa certidões, eu tenho lá a Lei comigo, com certeza que passa. O serviço é pago é para ser prestado. Eu pago o IMI em devido tempo. Todos os meus impostos são pagos na altura própria. Quantas vezes tenho que vir aqui para resolver esta questão.”

### 5.1.4 – O Senhor Município João Pedro Eixa dos Santos;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O assunto que me traz aqui hoje, prende-se com o encerramento do Posto dos CTT da Caparica. E neste sentido penso que podemos então ter dois consensos. O primeiro, é que somos contra o encerramento do Posto dos CTT da Caparica, e o segundo é que tem de haver um poder de proximidade. Confesso, que enquanto eleito da Assembleia de Freguesia de Caparica e Trafaria, e enquanto Município, ainda não percebi qual a linha de ação do executivo da minha Junta de Freguesia, e neste sentido vejo-me obrigado a vir aqui a este órgão, de certa maneira questionar a Senhora Presidente de Junta, que percebo que não está presente, mas também o executivo camarário. Penso ser uma preocupação de todos os caparicanos e trafarienses e acho que é necessário resolver de forma pragmática e sem querer faltar ao respeito ao valor ideológico, penso que neste momento temos que ser mais pragmáticos do que ideológicos. Quero referir novamente que a proximidade é muito importante. Relembro que ainda não haviam Uniões de Freguesia e então a Presidente da Junta da Trafaria a



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

atual Vereadora, teve uma posição muito pragmática de colocar o posto CTT nas instalações da Junta, neste momento não consigo perceber a ação da Junta, tirando a parte ideológica e de manifestações que tem toda a legitimidade e toda a sua importância, mas penso que não vá resolver verdadeiramente os problemas da população da Caparica e da Trafaria.

Dito isso, gostaria então de questionar o executivo camarário, para perceber se possível, quais os moldes que tiveram na reunião com a Administração dos CTT?”

### 5.1.5 – O Senhor Município Paulo Tendeiro;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Aquilo que eu venho aqui fazer é um pedido que já foi feito há mais de um ano, um pedido de uma casa. Nós somos uma família de seis pessoas. Já devíamos ter sido despejados há pelo menos quase seis meses atrás, mas por conversações com o banco as coisas foram- se arrastando, mas chegamos a um ponto negocial que no dia 31 deste mês, nós vamos ter mesmo que sair da casa. Nós temos uma menina com dois anos de idade a viver connosco que é filha da minha prima, e a toda a situação se vem arrastando por causa de nós termos alugado uma casa a uns Senhores que deviam ao Millennium BCP, o Millennium BCP ficou com a casa e nos está forçando a sair.

Nós fizemos ao vosso serviço habitacional, já fizemos o pedido de habitação, não nos veio resposta nenhuma, e nós estamos na eminência de no dia 31 seis pessoas ficarem na rua. Na eminência concreta de que isto vai passar porque o banco já não vai deixar passar mais tempo. E eu submeto-me a vossa autoridade, à vossa disposição, à vossa disponibilidade, para resolução desta situação, porque tem ido de mal a pior. Nós apresentamos ao Tribunal um pedido da Segurança Social, um pedido de advogado para tentar conseguir um pouco mais de tempo, para tentar solucionar a situação, porque no dia 29 nós vamos ter uma reunião com o Millennium BCP, que eu suponho que não dar em nada. Não vai dar em nada porque a promessa deles é venderem a casa porque eu tinha uma pessoa interessada em comprar a casa e eles disseram que não queriam vender a casa e então neste momento eu estou absolutamente rendido, com uma família grande, vivendo de um rendimento social de inserção, e não sei mais que vos possa dizer. A não ser que é um caso de força maior, é um caso realmente calamitoso, é um caso de extrema urgência. E era isso que eu tinha a dizer e ver aquilo que se pode fazer.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Municípes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal e a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira e os Senhores/as Deputados/as Municipais João Geraldes (CDU), Patrícia Brito (CDU) e Ivan Gonçalves (PS).

### 5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito rapidamente relativamente ao Senhor Município Rui Spínola, quero agradecer as palavras e o facto, de relembrar essa sessão, que foi longa, onde as pessoas puderam fazer muitas perguntas e agradeço de facto, que reponha alguma realidade que não há aqui processo opaco, mas sobre isso falarei depois.

Relativamente ao Senhor Município Reinaldo José Vaz Marujo. Senhor Reinaldo, não vou responder obviamente relativamente às Juntas, deixarei isso para quem pedir, e quiser.

Relativamente à questão da ECALMA. Tem havido uma grande agitação nos últimos dias em como houve um redobrar de intensidade ou de agressividade. Não me parece desde o início, que a atitude desta Administração e das novas Administrações da ECALMA, tem sido outra completamente diferente, temos estado a apostar mais na pedagogia, criamos os avisos de 15 minutos antes, importa relembrar esse facto, que foi criado. Se há um intensificar neste momento, iremos verificar. Mas, eu quero apesar de tudo deixar aqui uma palavra aos trabalhadores da ECALMA, que fazem um trabalho muito difícil, porque é evidente que ninguém gosta de ver chegar um fiscal da ECALMA, ninguém gosta.

Quando há casos onde as pessoas se sentem injustiçadas, o normal é acho muito bem, se acha que de facto, estava num parque privado e que, portanto, não havia legitimidade, eu o que aconselho é fazer de facto, uma



queixa à ECALMA para que a sua queixa possa ser analisada e em caso de verificação ser-lhe restituído o dinheiro. Porque é uma coisa que, de facto, a ECALMA também tem feito. E tem feito de forma muito cuidada. Ainda na última reunião de Câmara eu salientei, às vezes de forma mais demorada do que deveria, mas isso depois também se prende um bocadinho com a capacidade de ter pessoas suficientes para processar estas queixas, que nem sempre é fácil. Mas mesmo assim, se acha que, a ser como o Senhor diz, que estava num parque privado onde paga uma avença, é claro ninguém gosta de ter uma multa, mas é verdade que os serviços da ECALMA, que aliás, já não é a ECALMA é o WEMOB, também têm feito um esforço para poder dar resposta e quando as pessoas têm razão naquilo que é sua reclamação, devolver o dinheiro. Nada o impede de ir a um advogado, mas é mais barato apesar de tudo fazer uma reclamação à ECALMA do que ir a um advogado.

Relativamente ao Senhor Município Gomesindo Pereira, a Senhora Vereadora provavelmente gostará de dizer uma palavra, nós estamos a tentar encontrar o seu processo. Eu volto infelizmente a repetir aquilo que lhe disse na última Assembleia Municipal, eu não entendo, porque não conheço o processo nem a Senhora Vereadora. Agora, o Senhor Gomesindo diz uma coisa que é um bocadinho preocupante, eu não vou entrar no detalhe do seu pedido, quando diz que os serviços não conseguem identificar o lote, muitas vezes o problema é saber se o lote está devidamente cadastrado, está devidamente registado, e essas questões demoram tempo a serem averiguadas. Almada como muitos Municípios, não é apenas Almada, têm um grande problema de cadastro. Eu não vou entrar em diálogo. Eu estou a falar obviamente sem conhecer o processo. A Senhora Vereadora que tem essa pasta terá todo o gosto em acrescentar-lhe mais qualquer coisa. Mas essas questões, de facto, têm que ser tratadas na Câmara Municipal, e às vezes processos que parecem simples, descobre-se que são mais complexos.

Senhor Município João Pedro Santos. A questão que o executivo pode dizer, é aquilo que comunicou. Nós recebemos de facto, um responsável pelos parceiros do Sul dos CTT. Aquele que é o responsável pelos postos dos CTT e das lojas, na Península de Setúbal, para saber as razões do encerramento. O que nos foi comunicado é que aquilo era uma parceria, uma concessão a um privado e que a pessoa privada, não queria continuar. Que eles chegaram a propor, mas ela por razões várias e inclusivamente por segurança não queria continuar. O que nos foi comunicado é que houve um contacto feito à Junta e que até à data da nossa reunião não tinha havido evolução. Eu não estou a dizer se a Junta disse que sim ou que não, não me pronuncio sobre essa matéria, não estive nem tenho que estar, somos órgãos autónomos. Portanto, o que nos foi comunicado, é que houve uma proposta para um tipo de acordo exatamente como estava a ocorrer na Trafaria, e um pedido de ajuda para tentar encontrar novos parceiros, e que até à data não tinham tido resposta. Não vou mais longe do que isso. Por outro lado, também anunciaram que ia abrir um novo posto no Monte junto à escola, e nós da nossa parte insistimos da importância de manter um posto no núcleo histórico do Monte. Porque, justamente, é onde moram muitas pessoas idosas e essas pessoas têm que ter um posto perto. E, entretanto, o que tenho sabido, mas ainda não confirmado, é que estão negociações em curso para poder reabrir o posto.

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, se me permite vou passar a palavra à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira.”

#### **5.2.2 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu vou ser muito rápida. Senhor Município Paulo Tendeiro, eu já notifiquei aqui pelos meios de comunicação que tenho o seu nome, fá-lo-ei amanhã de novo, e obviamente que, pelo menos, nós vamos tentar ainda acompanhar e fazer aquilo que for possível, os serviços vão acompanhar. Teremos que, na altura própria, ver o desfecho que prevê ocorrer, encarar tudo aquilo que temos à nossa mão incluindo a linha de emergência social. Mas, num primeiro momento, estamos disponíveis para acompanhar na situação que referiu e que pode eventualmente dar alguma ajuda.”

#### **5.2.3 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A CDU pediu a palavra neste ponto porque sentiu a necessidade de clarificar uma questão que tem sido utilizada recorrentemente, como arma de arremesso quer pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, quer hoje pelo Senhor Município Rui Spinola, que tem a ver com o facto da CDU ter afirmado que o atual executivo municipal tudo fez para que a Junta de Freguesia de Caparica e Trafaria, não participasse na sessão de esclarecimento realizada na Charneca de Caparica. A CDU nunca afirmou que o atual executivo municipal tudo fez para que a Junta de Freguesia não participasse nessa sessão de esclarecimento. Pelo contrário, a Câmara Municipal fez pouco, mas fez, para que a Junta de Freguesia apenas participasse nessa sessão de esclarecimento realizada na Charneca de Caparica. Eu passo a explicar porque é que digo isto, porque eu tenho aqui na minha mão o acordo de transação celebrado em 2014, por cinco entidades: Município de Almada, União de Freguesias de Caparica e Trafaria, União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, Ministério do Ambiente Ordenamento do Território e Energia e REN- Rede Elétrica Nacional S.A. E de acordo com este acordo de transação que foi celebrado em 2014, no seu ponto 3º, alínea a) diz o seguinte: “Por sua vez o 1º, a 2ª e 3ª outorgantes, (2ª e 3ª outorgantes são as Juntas de Freguesia), obrigam-se a colaborar com o Ministério do Ambiente Ordenamento do Território e Energia, e com a REN – Rede Elétrica Nacional S.A., bem como com outras entidades, que hajam de intervir nos procedimentos de aprovação, da solução representada e descrita nos anexos, na criação das condições para o seu licenciamento, e efetiva instalação”. É isto que está escrito no acordo de transação celebrado em 2014. E o que a CDU diz e reafirma, é que a Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, foi excluída deste processo. Do processo de colaborar com o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e com a REN, bem como com outras entidades que hajam de intervir nos procedimentos de aprovação e solução apresentada e descrita nos anexos na criação das condições ao seu licenciamento e efetiva instalação. Foi aqui que a Junta de Freguesia foi excluída. Relativamente à sessão de esclarecimento não foi. Foi convidada na véspera para lá ir, mas não foi.”

### 5.2.4 – A Senhora Deputada Municipal Patrícia Brito (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Portanto, só para responder à intervenção do Senhor Município João Eixa. Portanto, como eleito a Assembleia de Freguesia, deve saber que está convocada uma Assembleia de Freguesia Extraordinária para o dia 25, próxima sexta-feira, e foi pedido pelo mesmo. Portanto, nessa mesma Assembleia a Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria esclarecerá o ponto da situação em que o processo se encontra.”

### 5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

Muito rapidamente e apenas porque este é o órgão máximo, a par da Câmara Municipal, são os dois órgãos máximos do Poder Local Democrático do nosso Concelho. E, portanto, se há uma questão que diz respeito, não apenas, aos cidadãos que moram neste território, que é o território da Caparica e Trafaria, é uma questão que também interessa a todos os municípios do nosso Concelho. E, portanto, nós compreendemos que essa questão do encerramento do posto dos CTT venha a ser discutida na Assembleia de Freguesia da Caparica Trafaria, agora, parece-me que a União de Freguesias de Caparica Trafaria, merece também ou aliás, que deve um esclarecimento à pergunta que foi feita pelo município e que mais do que isso, os restantes Deputados/as Municipais desta Assembleia Municipal, merecem um esclarecimento. Os cidadãos que nos acompanham aqui e lá em casa, merecem um esclarecimento, qual é então aquela que é a intenção da Junta de Freguesia da Caparica Trafaria, relativamente a este tema.”

### 5.2.6 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, não se preocupe, haverá uma resposta na próxima sexta-feira na Assembleia de Freguesia que está convocada expressamente para discutir o problema.”

### 5.2.7 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;





## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7k

Apenas para registar que, a nosso ver, é de lamentar que ainda que exista uma Assembleia de Freguesia que está marcada para o dia "X", que nesta Assembleia Municipal onde a Junta de Freguesia tem assento, perante aquilo que está estipulado na Lei, não seja capaz de dar uma resposta. E eu suspeito porque é que não é capaz de dar uma resposta. Porque mais uma vez, aquilo que nós conseguimos depreender, é que a única coisa que os eleitos da CDU conseguem fazer é reivindicar, reivindicar, reivindicar, não há um plano para aquilo que é a procura da solução como foi feito e o Senhor Município há pouco também disse, em 2009, quando o posto dos CTT foi encerrado na Trafaria e que uma Presidente de Junta que por acaso era do Partido Socialista, foi capaz de assumir e resolver o problema."

### 5.2.8 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, pode tentar aquilo que entender, não vai conseguir que nós faltemos ao respeito aos munícipes da Freguesia da Caparica e Trafaria, não vai conseguir fazer isso."

### 5.2.9 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal João Geraldês, aquilo que nós tentamos aqui hoje, é que não falte ao respeito não só a estes Deputados/as, não só a esta Assembleia Municipal, mas a todas as pessoas que lá em casa em todo o Concelho nos veem e esperam também ter uma resposta do Órgão Junta de Freguesia que tem assento nesta Câmara Municipal e já agora da força política que está aqui representada pela CDU."

## 6 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

6.1 – Deu-se sequência no ponto em que a reunião do passado dia 30 de setembro tinha sido interrompida, ou seja, no ponto 3.12 da agenda relativo a Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre "Minuta de Acordo a celebrar entre a Câmara Municipal de Almada e a REN".

6.1.1 – Usaram da palavra no debate os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Pedro Matias (PS), António Pedro Maco (CDS-PP), João Geraldês (CDU).

### 6.1.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vou abdicar do uso da palavra, para já, porque a minha intervenção foi pedida na anterior reunião e como o contexto vai ser outro hoje, portanto, quando tiver oportunidade e houver condições falarei."

### 6.1.1.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP)

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas umas breves palavras relativamente a este ponto da ordem de trabalhos desta 3ª Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal.

O CDS-PP entende que relativamente a esta mesma questão, finalmente chegamos a uma resolução e parece que estamos em condições de resolver este problema que já se arrastava há alguns anos. Todos nós, aqui presentes recebemos o dossiê relativamente a este processo, sabemos o que se passou, sabemos perfeitamente os entraves, enfim, e, portanto, temos hoje em 2019 a resolução deste mesmo problema.

E a resolução deste mesmo problema, Senhora Presidente da Câmara Municipal, tem a ver com a finalidade do enterramento das linhas de muita alta tensão. E o CDS-PP analisou o processo, verificou os prós e contras, e tendo em atenção que aquilo que está para trás relativamente a estes mesmos processos, não encontramos entrave que possa justificar o não enterramento destas mesmas linhas. Percebemos também a preocupação por parte das populações, é totalmente legítima, percebemos e aceitamos democraticamente a preocupação de algumas forças políticas, mas aquilo que fomos pesquisar, e há opiniões de um lado e de outro, e tendo em consideração também e foi isso que da parte do CDS-PP entendeu e teve aquela que foi a melhor posição



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

relativamente à posição que foi da entidade que deu o aval, estamos a falar da entidade estatal independente que deu o aval para que possamos descansar os nossos municípios, e chegou e bastou para que o CDS-PP possa dar o aval a este projeto do enterramento das linhas de muito alta tensão. Mais uma vez reforço, percebendo e podendo entender também a preocupação, nomeadamente, de alguns municípios. Depois aproveitando este enterramento das linhas, aproveita-se também a requalificação de uma estrada que há muitos, muitos anos e não é só nesta Freguesia é também noutras territórios, de há muitos anos para cá que necessitam de uma intervenção profunda e aproveitando também esta mesma intervenção do enterramento das linhas, que se aproveite para melhorar as condições destas vias na Charneca de Caparica Sobreda, que necessitam imenso.

Aquilo que também solicitamos e já tivemos a oportunidade, que pense com as restantes forças políticas de ver o vídeo que penso que é o que a Senhora Presidente da Câmara quer apresentar aqui hoje aos municípios. Entendemos que estas vias devem ser o mais abrangentes possível em termos de comodidade, em termos de segurança, e em termos de inclusão para que todos possam usufruir destas mesmas vias. Estamos a falar nomeadamente, de crianças e idosos e também daqueles municípios que têm mobilidade reduzida e mobilidade condicionada.

Depois também o CDS-PP esteve presente na reunião com a REN, o CDS-PP teve a oportunidade de frisar junto daquela que é uma das maiores empresas do país, daquela que é uma das empresas que mais rendimentos e mais lucros tem no país e que é indispensável e fundamental para a vida de todos nós, como é evidente, a energia. Mas, Senhora Presidente, como tivemos também a oportunidade de dizer, achamos que estas empresas que têm lucros, devem ter também e a sua função social mais aprofundada nomeadamente dos Municípios. A REN teve oportunidade de esclarecer o CDS-PP que neste caso não haveria a possibilidade de transpor este mesmo investimento para outros territórios, para outras requalificações, por exemplo, mas Senhora Presidente, o CDS-PP não é radical, de todo, naquilo que alguns entendem como seja o esbulho destas empresas, mas também é sensível e tem neste caso a opinião que estas empresas têm lucros, devem ter uma função social, uma função comunitária muito mais acentuada nos Municípios e devem fazer muito mais benfeitorias, porque também tiram daqui muito lucro. E, portanto, Senhora Presidente, daqui para a frente, com outras empresas, achamos que estas empresas devem ter um papel fundamental na requalificação dos Municípios.”

**6.2 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU) apresentou um requerimento à Mesa para que este ponto em apreciação fosse retirado da agenda.**

**6.2.1 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na sequência e no quadro da intervenção que aqui fizemos quando o início da discussão desta matéria, o Grupo Municipal da CDU considera que não estão reunidas as condições mínimas para que esta Assembleia Municipal possa deliberar neste momento, com a segurança e a qualidade exigíveis, sobre esta Proposta.

Entendemos que é absolutamente desejável que este processo seja melhor avaliado, melhor ponderado e sobretudo mais participado por todas as entidades, organizações e associações diretamente afetadas pelo traçado proposto para a linha de muito alta tensão em meio urbano na Charneca de Caparica, designadamente no quadro de um estudo de impacto ambiental, que permita clarificar todas as condicionantes que neste momento impendem sobre o projeto.

Requeremos por isso a retirada desta proposta da ordem de trabalhos desta Sessão da Assembleia Municipal de Almada, a criação de uma comissão eventual desta Assembleia para acompanhamento deste processo, e o aprofundamento das diligências da Câmara Municipal, no quadro da respetiva Comissão Permanente, cujo o âmbito possa ser alargado à participação de instituições e associações externas ao Município diretamente afetadas por esta infraestrutura, no sentido do aprofundamento, do conhecimento real sobre as implicações da instalação desta infraestrutura, tendo em conta designadamente, as condições em que este tipo de infraestruturas são instaladas noutras cidades, designadamente aqui bem perto de nós na Expo/98, em Berlim ou em Paris (são apenas exemplos), onde estas infraestruturas são enterradas em galerias técnicas próprias e



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Ta

exclusivas, a grandes profundidades abaixo do solo, e acessíveis em qualquer momento e sempre que necessário aos técnicos especialistas na sua manutenção.”

**6.2.2** – O Senhor Presidente da Assembleia disse que iria colocar a deliberação da Assembleia, em primeiro lugar, a admissão do requerimento e posteriormente, caso este venha a ser admitido, colocaria a deliberação da Assembleia o conteúdo do mesmo.

**6.2.3** – Verificado o quórum, foi colocada a votação a admissão do requerimento, tendo sido admitido por unanimidade.

**6.2.4** – Verificado o quórum, o requerimento foi colocado a votação, tendo sido rejeitado por maioria, com 19 votos no sentido da sua rejeição, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, e 1 do eleito do CDS-PP; 4 abstenções, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do eleito do PAN; e 14 votos pela aceitação do requerimento, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente.

**6.3** – Tendo o requerimento sido rejeitado, deu-se sequência ao debate, tendo usado da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Artur Alfama (PAN), José Rocha (BE), Carlos Guedes (Ind), António Salgueiro (PSD), João Galdes (CDU), Pedro Matias (PS), José Lourenço (CDU), e ainda a Senhora Presidente da Câmara, que fez projetar um filme alusivo ao assunto em apreciação.

**6.3.1** – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente a esta proposta, trata-se de uma antiga ambição da população almadense, o enterramento das linhas de muito alta tensão. Aquilo que hoje somos aqui chamados a votar, é uma posição política, não é uma posição técnica, nenhum de nós estará em condições de saber ou teria condições de saber exatamente que tipo de impactos ambientais e na saúde humana este tipo de situações tem. No entanto, quem de direito emitiu os seus pareceres, e da análise que fazemos dos pareceres emitidos, nada nos leva a julgar que haja aqui algum tipo de questão, até porque obviamente se as houvesse os técnicos não teriam aprovado esta solução. Nesse sentido, o PAN irá votar favoravelmente a solução aqui hoje apresentada. No entanto, não podemos deixar alternativamente de deixar aqui uma nota adicional.

No sentido de que, aquilo que nos traz aqui são questões relacionadas com a energia, Portugal e o mundo vivem um contexto de esgotamento das matérias primas energéticas, um contexto a curto médio prazo de esgotamento de matérias primas energéticas. É fundamental que as comunidades, Almada e os Municípios, tenham a consciência de que a autossustentabilidade e a resiliência das comunidades, se devem pautar por procura de soluções alternativas nomeadamente soluções renováveis. Temos um país com recursos energéticos renováveis absolutamente ímpares, ao nível solar, ao nível hídrico, tivemos ainda recentemente esta semana Peniche que avançou com um projeto de energia hidráulica absolutamente inovador, e julgamos que na medida do possível e das Leis que forem determinadas, não obstante a importância de, no imediato, termos as linhas de muito alta tensão e termos este tipo de paradigma energético, é importante começarmos a pensar em alternativas. Começarmos a pensar na energia solar, darmos também à indústria tecnológica esse sinal de que o investimento público está preocupado com este tipo de investigação, com este tipo de desenvolvimento, muito mais do que com aquilo que é neste momento aquilo que mais receita gera a indústria tecnológica, que são no fundo o investimento e o consumo de massas em smartphones, telemóveis e outro tipo de dispositivos que apenas geram uma predação ambiental e um caos social.

Portanto, queríamos deixar essa nota, é importante falarmos de energia, é importante falarmos das linhas de muito alta tensão, é importante também darmos a noção de que têm que existir alternativas, temos que pensar em novas alternativas e temos que pensar naquilo que tem que ser um futuro a muito curto prazo.”

**6.3.2** – O Senhor Deputado Municipal José Rocha(BE):



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6

“Senhor presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Bloco de Esquerda, não obstante o posicionamento favorável relativamente a esta proposta, não pode deixar de manifestar preocupação pela forma como o executivo conduziu e discutiu este processo até à sua apresentação para votação. No entanto, tendo em conta as garantias apresentadas, quer no que diz respeito à segurança das populações, quer quanto à visível importância da requalificação da EN 377. O Bloco de Esquerda assume o voto favorável nesta proposta. Desde o início deste processo, o Bloco de Esquerda tem estado ao lado das populações, que há demasiado tempo reivindicam o enterramento das linhas de muito alta tensão e de uma solução que efetivamente previsse esse enterramento.

Tal com temos vindo a propor a requalificação da estrada da Charneca (377), não só para a melhoria da qualidade de vida, mas também para garantir a segurança da população ali residente. O enterramento das linhas de muito alta tensão e a requalificação da estrada 377 são, portanto, desde há muito duas grandes prioridades para o Bloco de Esquerda. A solução que está a ser votada foi apresentada sob uma garantia política do executivo, pelo que não deixaremos de estar atentos, de forma a que nos possamos certificar que esta proposta não põe em causa a segurança da população, que foi a melhor solução encontrada do ponto de vista técnico, que garante que a requalificação da Estrada 377 foi uma contrapartida/compensação requerida à REN e não uma escolha que influenciou a escolha do traçado.

Por último, é preciso deixar a seguinte nota: o Bloco de Esquerda considera que teria sido desejável e possível envolver Vereadores/as e Deputados/as Municipais bem como a população em todo este processo. Em questões que sejam particularmente complexas e onde, por esse motivo, seja necessário existir um acompanhamento do ponto de vista técnico, é necessário garantir meios para que os Deputados Municipais possam analisar e tomar uma decisão com a totalidade da informação em tempo útil. Infelizmente, a Câmara Municipal de Almada, tem demonstrado que essa não é uma prioridade na sua prática política, o que nos leva a concluir que tão pouco o é num contexto que deve ser de absoluta transparência e respeito pelas regras democráticas.”

### 6.3.3 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu gostava de começar por distinguir duas coisas. Nós não estamos hoje aqui a discutir a requalificação da Estrada Nacional 377, ou conhecida como Estrada Nacional 377. Estamos a tomar uma decisão, que já aqui foi dito que é política, sobre o enterramento das linhas ao longo da que é atualmente conhecida como Estrada Nacional 377. Mas são coisas diferentes.

Todos os partidos que se candidataram a esta Assembleia Municipal, penso eu que sem exceção, referiam nos seus programas eleitorais a necessidade da requalificação da Estrada Nacional 377, mas nenhum tinha no seu programa que essa requalificação seria feita à custa do enterramento das linhas de muito alta tensão ao longo desta estrada. Portanto, vamos separar as coisas. O que nos é pedido aqui hoje não é decidirmos se vamos adiar ou avançar com a requalificação da Estrada Nacional 377, o que estamos hoje aqui a decidir, é se vamos colocar naquele local umas linhas de muito alta tensão nas condições que nos são apresentadas nos documentos que nos foram entregues.

Em consciência, eu e meu voto vale um voto nesta Assembleia Municipal, não posso mudar aquele que tem sido o meu voto noutras Assembleia Municipais e noutras circunstâncias. E o meu voto nestas circunstâncias tem sido contra as manobras que a REN tem tido em torno de toda esta questão. Nós estamos nisto desde 2006, eu estive presente na reunião com a REN, tive a oportunidade de lá expressar a minha opinião, mas a verdade é esta: a REN e já aqui foi dito também, é uma empresa de capitais privados, que tem como objetivo o lucro. A Câmara Municipal de Almada, não tem como objetivo o lucro, tem como objetivo a gestão de dinheiros públicos e a sua redistribuição. Essa redistribuição pode assumir várias formas, uma delas são obras de melhoramentos nas vias e nos locais onde as pessoas residem. Em consciência, nenhum de nós aqui nesta Assembleia Municipal, se calhar terá condições para dizer: “eu domino as matérias que estão neste dossiê, e, portanto, a minha decisão é fundamentada e é cheio de certezas”. Não, não é. Nós não temos certezas nenhuma sobre o que este enterramento nos vai trazer no futuro. Não sabemos que efeitos terá sobre o valor patrimonial das pessoas que





72

ali vivem, não sabemos sequer que efeitos poderá ter sobre a saúde das pessoas. Por muitas certezas que as sessões de esclarecimentos feitas, venha uma professora de uma qualquer faculdade, dizer-nos que num sem número de documentos e esses documentos não dão certezas nenhuma. Portanto, eu em consciência não posso votar de outra forma que não seja contra o enterramento das linhas de muito alta tensão, na proposta que está a ser feita hoje e nos termos em que está a ser feita. Isto por um motivo muito simples, nós andamos, nós negociamos, a Autarquia colocou a REN em Tribunal, a REN colocou a Autarquia em Tribunal, até que em 2013, se esboçou uma espécie de acordo. Uma espécie de acordo que partiu de um pressuposto que a REN já sabia que não iria poder cumprir. Porque em 2009, quando a Infraestruturas de Portugal propôs à REN que aproveitasse as obras que estavam em curso na A33 para fazer ali o enterramento das linhas, a REN não quis fazer esse enterramento e ignorou a proposta que a Infraestruturas de Portugal lhes fez. Agora, passados 10 anos, a REN vem dizer: "sim senhor, nós temos aqui a solução milagrosa é enterrar e fazer a reestruturação da Estrada Nacional 377. Não. Eu ficaria muito mais descansado havendo a existência de um estudo de impacto ambiental, eu ficaria muito mais descansado cumprindo-se o que está escrito na Lei que as populações tivessem sido envolvidas de forma mais empenhada na discussão desta matéria, eu digo mais empenhada para não dizer outra coisa, mas é preciso também termos algum cuidado com as palavras. Agora, uma coisa é certa, a sessão que foi feita na Charneca de Caparica pode servir a uns, não serve a todos. Havia necessidade de envolver mais populações porque há mais populações envolvidas, há mais pessoas envolvidas nesta matéria para além daquelas que residem na Charneca de Caparica. E, portanto, o meu voto será contra."

#### **6.3.4 – O Senhor Deputado António Salgueiro (PSD):**

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Estando em discussão o Acordo a celebrar entre a Câmara Municipal e a Redes Energéticas Nacionais (REN), o Grupo Municipal do PSD vem manifestar o seu voto a favor desta proposta, já que há vários anos que vem defendendo a solução de enterrar a linha e, neste aspeto, julgo que é pertinente salientar que todas as forças políticas representadas nesta Assembleia Municipal alinham no mesmo sentido.

Queremos realçar aqui que inicialmente a nossa ideia era que seria melhor que estas linhas passassem pela A33, mas depois de se verificar que a Infraestruturas de Portugal, por várias razões, inviabilizaram essa possibilidade, julgamos que não vale a pena estar a atrasar ainda mais este processo que já se arrasta há mais de uma dezena de anos.

Tivemos oportunidade de assistir a duas apresentações deste projeto pelos vários técnicos que têm responsabilidades e em todas elas nos foram dadas as garantias que este Plano satisfaz todos os critérios de qualidade e de segurança, bem como as exigências internacionais para estas questões que a Organização Mundial de Saúde impõe a este tipo de empreendimentos.

A OMS tem-se preocupado muito com estes estudos e investigações, que têm vindo a ser desenvolvidos um pouco por todo o mundo desde há cerca de 40 anos, especialmente no que se refere à exposição dos campos eletromagnéticos e magnéticos, e o que se tem verificado é que as soluções técnicas aplicadas em Portugal adotam a Recomendação do Conselho Europeu, sendo que os níveis de menção são obrigatórios na nossa legislação nacional.

Por outro lado, esta obra constituirá uma oportunidade de requalificar um grande troço da EN 377 o que irá beneficiar as populações envolvidas e que há muito vêm a desejar essa intervenção.

O PSD, depois de analisar detalhadamente este dossier, concluiu que estão garantidas todas as condições de segurança, saúde e bem-estar das populações residentes ao longo dos troços da Estrada Nacional 377, por onde irão passar as Linhas de Muito Alta Tensão, até porque o Estado resolveu licenciar esta obra através da Direção Geral de Energia e Geologia.

Assim sendo, e até prova em contrário, parece-nos que este Acordo é bom para o Concelho de Almada e especialmente para os habitantes da Freguesia da Charneca de Caparica.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Finalmente, cabe-nos aqui sugerir que a Câmara Municipal de Almada possa interceder junto da Baixo Tejo para que durante as obras de enterramento das Linhas de Muito Alta Tensão e inerente requalificação possa ser suspenso o pagamento das portagens da A33 no Concelho de Almada, em virtude de falta de alternativas.”

### 6.3.5 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em resposta ao Senhor Deputado Municipal João Geraldês, mas não apenas, como o Senhor Deputado Municipal João Geraldês no início deste ponto da ordem de trabalhos, na passada reunião desta Sessão, fez uma longa intervenção escrita onde levantou várias questões e eu comprometi-me a responder-lhe ponto por ponto a toda a sua intervenção, aproveito também esta resposta ponto por ponto, para esclarecer os restantes Deputados/as Municipais sobre matérias importantes. Mas, vou de facto, usar a intervenção do Senhor Deputado Municipal João Geraldês.

O Senhor deputado Municipal João Geraldês, começou a sua intervenção referindo e passo a citar: “que o que é essencial não é olhar para todo o processo que se arrasta desde 2016, mas só mesmo estes dois anos”. Permita-me discordar Senhor Deputado, porque justamente o que se passou nestes dois anos, vem no seguimento e tem a sua origem naquilo que começou em 2006 e sobretudo no acordo de transação que a CDU, ou o executivo então CDU, assinou com a REN, o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e Energia, no dia 23 de maio de 2015. Todo o trabalho que nós efetuamos foi com base nesse acordo que foi assinado. No âmbito deste processo, aliás, é importante olhar para o passado para concluir, que como numa carta enviada a 21 de novembro de 2016, e que os Senhores/as Deputados/as tiveram acesso, as Infraestruturas de Portugal indicaram e já foi aqui referido e passo a citar: “ter-se perdido oportunidades propostas pela Infraestruturas de Portugal, em 2009, para que o desenvolvimento deste projeto decorresse em paralelo ou da construção da própria A33”. Todos nós concordamos nessa altura era o momento exato. Agora, neste momento, de facto, o problema está aqui, a Infraestruturas de Portugal, já não concorda de todo com esse enterramento junto à A33, portanto, podemos continuar a insistir sobre esse trajeto, não podemos fazer obras em terreno alheio e sobretudo quando não somos nós que as fazemos.

Prossegue o Senhor Deputado dizendo que na apresentação que eu fiz deste projeto, teve a expressão da primeira e substancial razão que opõe a CDU à proposta de acordo com a REN e a Câmara Municipal, que nos pede para autorizar, (e continuo a citar) trata-se de uma relação institucional de peso e inultrapassável a inopinada exclusão de uma das partes de direito e diretamente interessadas referindo-se à União das Freguesias de Caparica e Trafaria. Esta ideia o Senhor Deputado Municipal voltou a mencioná-la como se a Câmara Municipal tivesse algum poder de excluir qualquer Junta de Freguesia de qualquer debate. Eu relembro ao Senhor Deputado, que num Estado de Direito Democrático, o Poder Local Democrático tem Autarquias que são entidades autónomas. Nem a Câmara manda nas Juntas de Freguesia nem as Juntas de Freguesia mandam na Câmara. E, portanto, as Juntas tinham toda e têm toda a autonomia para falar com a REN, para ir discutir com a REN e por isso é que vos foi enviado aquilo que é nossa proposta de Minuta, cabe às Juntas decidirem como entenderem relativamente a essa Minuta. Eu não sei como é que funcionava antigamente, mas eu tenho muito respeito pela autonomia de cada uma das Instituições. E prossegue, este Acordo foi de facto assinado entre cinco parceiros. Nem a Câmara pode obrigar o Ministério do Ambiente e Energia a assinar ou a concordar, nem a REN, nem qualquer uma das Juntas de Freguesia. O Senhor Deputado Municipal aliás, prossegue depois com acusações como e também passo a citar: “processo opaco, tratado no silêncio e quem sabe na obscuridade, e que não passa de um acordo firmado exclusivamente entre a maioria política existente na Câmara Municipal de Almada.” Senhor Deputado Municipal, permita-me também aqui discordar. A opacidade que o Senhor Deputado Municipal fala, foi dado a conhecer o início das negociações com a REN, se não me engano, logo no início de 2018, poucos meses, um mês ou dois depois de tomarmos posse, por considerarmos que era um assunto urgente. Publicamos uma fotografia nas redes sociais da Câmara Municipal, com essa reunião. Essa publicação, em que nós dizíamos que estávamos a retomar o processo de negociação com a REN que estava em suspenso, mereceu aliás, críticas dos Senhores Deputados e não só da CDU. A própria CDU fez um requerimento imediato a querer saber exatamente o que é que nós estávamos a fazer em negociações com a REN, questão que vos foi



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

72

respondida também de imediato, dizendo que estávamos a retomar o processo que estava em curso há muitos anos, e sobretudo com base no acordo de 2015. Portanto, Senhor Deputado Municipal, a opacidade não sei onde é que a vê. Para além do mais, como já aqui foi referido, todo o processo tem sido acompanhado, fizemos uma sessão de esclarecimento, os Senhores estiveram, o Senhor Deputado Municipal em particular, esteve na sessão de esclarecimento, esteve na reunião com os Senhores/as Deputados/as, e peço desculpa Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, mas estar a dizer que o projeto não foi entregue atempadamente, bem, já lá vai bastante tempo.

Agora vamo-nos esclarecer. Quando se fala aqui de opacidade, é bom ter a noção do que é que se diz. O que nós estamos aqui a falar, é de um traçado que foi acordado, mas que não foi licenciado pelo Município nem pode ser, como também já foi referido. Não é uma decisão que nem Almada, nem outro Município possa ter, não é uma decisão política, é uma decisão técnica. O que nós demos e eu vou ir mais rapidamente, porque quando o Senhor Deputado Municipal também diz que, não sabe que resposta é que demos, o que nós demos e eu repito, foi uma concordância de princípio para um traçado, na condição porque, essa é essencial, de que ela viesse a ser aprovada pela Direção Geral de Energia. E é a esta entidade que cabe a aprovação. Mais, e relembro, o que o Senhor Deputado Municipal conhece, porque esteve nas reuniões e está aqui o que a REN mostrou, e o que diz aqui é: o que estamos a fazer, o que falta fazer ainda, o projeto executivo, ou seja o projeto de execução, a verdadeira obra ainda está a ser feita; O Plano de sinalização ainda está a ser feito, suponho que, entretanto, adiantou; O Plano de segurança e saúde, está a ser feito e os procedimentos ambientais e técnicos. Tudo isso foi-lhe respondido, Senhor Deputado Municipal. Portanto, fale com clareza às pessoas, não diga que há opacidade que não foi informado. Mais, também lhe foi garantido, que há sempre uma equipa de supervisão da REN e que tanto a obra como depois a instalação, terá fiscalizações regulares do ponto de vista das autoridades de saúde e ambientais. Portanto, Senhor Deputado Municipal, há momentos em que não podemos estar sempre a fazer de conta que não vemos o que vemos, que não ouvimos o que ouvimos, e sobretudo que não dissemos o que dizemos. Portanto, quando me pergunta quem analisou na Câmara Municipal, o projeto enviado pela Direção Geral. Os Serviços, Senhor Deputado, os Serviços competentes que chama a divisão de obra, porque do ponto de vista da licença tanto ao nível ambiental e da saúde, não nos cabe a nós. Quem elaborou o parecer técnico ao seu conteúdo e onde se encontra esse parecer técnico ou pareceres? Eu não sei de que parecer o Senhor Deputado Municipal fala. Não tem que haver pareceres. Os pareceres técnicos são os pareceres que as entidades, que a Direção Geral evoca, e são os pareceres que os Senhores têm nos dossiês, é a APA que dá os pareceres, é o Ministério da Defesa que dá o parecer, são todas as entidades que foram consultadas. Portanto, a Câmara mais uma vez, que não tem o poder de licenciar estas obras, não tem, o que diz é: a Câmara Municipal concorda desde que haja concordância dos pareceres técnicos. Qual a deliberação da Câmara Municipal que suporta esses pareceres ou parecer? Senhor Deputado Municipal, não tem que haver, a deliberação é feita hoje, hoje. Podemos estar sempre a deliberar o que quisermos, mas hoje estamos aqui para tomar uma decisão, para deliberar. Eu sei que a vossa vontade de empatar é sistemática em tudo. Qual a proposta da Câmara Municipal de Almada? Se me derem licença no final da intervenção mostrarei aquilo que é a proposta da Câmara Municipal de Almada, e que diz respeito sim, e foi isso que foi trabalhado durante um ano e meio, ao desenho da via. Essa sim, é muitíssimo importante. Eu não vou fazer todo o historial, porque também já me estou a alongar demais, e o Senhor Deputado Municipal disse tanta, tanta coisa. Quero mostrar aqui apenas os traçados que foram entregues em 2016 ao Senhor Vereador José Gonçalves. Foram estes, e os Senhores Deputados Municipais também sabem. Na altura, o executivo, que eu me lembre, ou que eu tenha tido conhecimento, não organizou nem uma sessão de esclarecimento, nem trouxe isso a Câmara Municipal, nem trouxe à Assembleia Municipal, para debater estes traçados. Apenas se limitou, unilateralmente, a recusá-los. Mas sabe quanto tempo depois? Sete meses. Sete meses. Uma coisa é certa, foram sete meses depois, sete meses. Senhor Vereador eu tenho aqui os seus emails não vou perder tempo a ler os seus emails. Mais uma vez o Senhor Deputado Municipal, continuou numa tentativa de incitar ao medo e de passar a ideia de que está tudo mal, de que está tudo errado. Fala das medidas compensatórias, iremos mostrar. Diz que não há espaço para a ciclovia ou que não há possibilidade. Senhor Deputado Municipal, aquela estrada tem a largura que tem. E, portanto, nós podemos até pedir 4 vias para cada lado, mas existem pessoas que vivem à beira daquela estrada. A grande preocupação da reabilitação daquela estrada, foi justamente criar passeios e garantir pelo





## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

menos passeios em todas as vias, criar espaço para os autocarros poderem parar, não dificultarem o trânsito, e sempre que possível criar sim, ciclovias ou zonas mistas, para autocarros e ciclovias.

Eu não vou alongar-me muito mais, até porque tenho quase a certeza que ainda haverá perguntas. Quero, no entanto, só relembrar esta questão: há pouco falava dos CTT e do respeito pela população do Monte de Caparica Trafaria, e falou bem, há que respeitá-la. Mas Senhor Deputado Municipal, eu só acho estranho é que por um lado avoque o respeito para uma Freguesia e depois quer que no caso deste acordo com a REN, a Câmara Municipal viesse dar ordens à Freguesia ou fazer ou falar no lugar da Freguesia. Não o fazemos. A Freguesia do Monte de Caparica de facto, não esteve presente, está em perfeitas condições de dizer se aceita ou se recusa. E da mesma maneira que a Freguesia da Charneca de Caparica Sobreda, que são as duas Freguesias envolvidas. A Câmara Municipal não dá ordens, não comanda e respeita sobretudo a autonomia das instituições e assim continuaremos a funcionar. Não, o Senhor Deputado Municipal também diz que isto foi um trabalho feito em treze dias, à pressa, atamancado. Permita-me, se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal aceitar, mostro o fruto de uma ano e meio de trabalho, para além das conversações com a REN, dá trabalho e agradecer, fazer um agradecimento aqui muito especial aos nossos serviços e ao Senhor Diretor Municipal que encabeçou todo este processo e toda esta negociação. Penso que Almada uma vez garantidas a questão da saúde que eu acho que é primordial, acho que toda Almada, todos os almadenses, ficarão a ganhar com esta obra.

Quando nos perguntam o que é que a Câmara Municipal enviou à REN, foi justamente este projeto que estamos a mostrar. Não enviou em filme, enviou em planta como é evidente, mas também em filme. Este é o trabalho que a Câmara Municipal fez ao longo deste tempo. É também para responder à pergunta do Senhor Deputado Municipal, sobre o que a Câmara Municipal enviou, que tipo de documentação enviou, que trabalho fez? É o que está aqui patente.”

No final da sua intervenção, a Senhora Presidente da Câmara mostrou um filme alusivo às obras de melhoramento da Estrada Nacional 377.

### 6.3.6 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar, foi aqui dito pelo Senhor Deputado Municipal, António Salgueiro do PSD, que o enterramento das linhas de muito alta tensão já teve o acordo das forças políticas todas. Eu quero corrigi-lo, o enterramento das linhas tem o acordo de todas as forças políticas, de todas, incluindo a CDU, que não está contra o enterramento das linhas de muito alta tensão. A CDU coloca a questão é da forma como este enterramento está a ser feito.

Depois, a Senhora Presidente de Câmara prometeu e cumpriu responder ponto por ponto, aquilo que foi a nossa intervenção, a intervenção da CDU na passada reunião da Assembleia Municipal, mas não esclareceu. E, portanto, mantemos integralmente tudo aquilo que na altura dissemos.

O foco? O foco tem que ser nos últimos dois anos, porque o que aqui estamos a decidir é uma decisão que decorre do trabalho dos últimos dois anos, mas na nossa intervenção e na nossa intervenção não apenas aqui na Assembleia Municipal, mas em geral, todo o passado deste processo é obviamente valorizado e assume uma importância fundamental.

A questão do afastamento da Junta de Freguesia do processo já aqui foi por mim esclarecida. O que nós lamentamos, é que a postura do atual executivo municipal seja cada um por si e que cada um se safe. A Câmara Municipal não tem nada a ver com o funcionamento da Junta de Freguesia, não se imiscui no funcionamento da Junta de Freguesia, e bem, não o deve fazer, nem o pode fazer. Mas isso não significa que não haja cooperação, que não haja trabalho de entendimento, que não haja diálogo. E é isso que não há. É isso que não existe. A Junta de Freguesia foi afastada deste processo, como foram afastadas outras entidades, não foi só a Junta de Freguesia, foram afastadas todas as entidades representativas da população da Freguesia da Charneca de Caparica, que não participaram minimamente neste processo. A Câmara Municipal negociou com a REN, completamente sozinha e por isso nós falamos e reiteramos, sem diálogo e com alguma obscuridade, reconhecemos.





## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

72

Quanto ao processo de participação que a Senhora Presidente de Câmara diz que a Câmara Municipal lançou e reduzi-lo a uma notícia e a uma fotografia, nas redes sociais ou nos Boletins Informativos da Câmara Municipal, está tudo dito, não é preciso dizer mais nada. Mais opaco do que isto penso que era difícil de encontrar. E o mesmo relativamente à sessão de esclarecimento, se reduzirmos o processo de participação das populações neste processo a uma sessão de esclarecimento no fim do processo, realizada na Charneca de Caparica, penso que também está tudo dito, não é preciso ir mais longe.

É verdade, que não é a Câmara Municipal que licencia este processo, mas os terrenos são municipais, os terrenos são municipais. E, portanto, a Câmara Municipal tem aqui um papel não de licenciamento, mas de decisão relativamente à instalação ou não instalação desta linha de muito alta tensão. A Câmara Municipal não se pode demitir dessa responsabilidade que é sua, porque a propriedade dos terrenos é municipal.

Depois é-nos dito aqui, como se fosse a coisa mais natural do mundo, que os projetos de execução e os outros projetos todos, está tudo por fazer, está tudo por decidir. No entanto, a obra está licenciada, e mais, a obra está adjudicada. Foi-nos dito pelos engenheiros da REN. Nós perguntamos então Senhora Presidente de Câmara, o que é que está decidido? Quais são os projetos que estão aprovados? O que é que está licenciado exatamente? Se está tudo por fazer? Não fui eu que disse que está tudo por fazer, foi a Senhora Presidente de Câmara que disse que está tudo por fazer.

Quando nós, CDU, perguntamos pelos pareceres e pelas análises técnicas, é porque elas não estão no processo, não nos foram fornecidas. Esses pareceres e essas análises técnicas, não constam do processo. E, por isso, perguntamos onde é que elas estão. Não estão no processo. Esses pareceres não estão no processo, tenho ali a pasta que a Senhora Presidente distribuiu aos Senhores/as Deputados/as Municipais da 4ª Comissão Permanente da Assembleia Municipal, aliás, distribuiu esses documentos, porque a CDU os requereu, depois da decisão tomada em reunião de Câmara, os Senhores Vereadores que votaram este processo na reunião de Câmara, não tinham a documentação que está na nossa posse hoje, votaram às escuras, porque não tinham esta documentação, e foi só porque a CDU requereu formalmente o fornecimento desta informação, que ela foi fornecida aos Senhores/as Deputados/as Municipais da 4ª Comissão Permanente.

Depois a Senhora Presidente da Câmara acusou-nos aqui de incitar ao medo. Incitar ao medo? Então, defender os interesses das populações, exigir que sejam respeitadas todas as normas e todos os princípios da melhor prática relativamente a uma questão tão importante como esta, é incitar ao medo Senhora Presidente?

Relativamente às ciclovias, eu quero lembrar aqui, como já o fizemos na nossa primeira intervenção, que em 2017, quando o atual executivo tomou posse, estava pronto para arrancar um projeto de requalificação da antiga Estrada Nacional 377. E esse projeto previa a instalação de ciclovias e a compatibilização das ciclovias com todos os outros serviços que aquela via tem que assegurar.

Depois uma questão que tem a ver com o problema da segurança em termos da saúde. Eu não vou entrar em discussões técnicas sobre esta matéria, mas é um facto, que aquilo que nos foi dito pelos Engenheiros da REN, foi que, a linha de muito alta tensão 150KW, vai ser enterrada numa zona densamente povoada, podem-nos dizer que não é densamente povoada, é densamente povoada, nós conhecemos o território, a uma metro e meio abaixo do solo. Foi-nos dito pelo engenheiro da REN, que ia ser assim. E eu quero propor aqui a todos os Senhores/as Deputados/as Municipais, que consultem o que se passa em cidades por essa Europa fora, relativamente ao enterramento de linhas de muito alta tensão. E como é que isso é feito? Designadamente duas sugestões e já aqui falei hoje sobre elas, Berlim e Paris. Mas não é preciso ir a Berlim e Paris, aqui bem perto de nós na Expo/98, também acontece isso. Como é que as linhas de alta tensão são enterradas nessas circunstâncias. Como é que são? Não têm a mínima comparação possível com aquilo que se pretende fazer na Estrada Nacional 377. A mínima comparação possível. Eu deixo-vos e vou pedir ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que no final da minha intervenção faça fotocópias, dos links da empresa que faz a distribuição em muito alta tensão de eletricidade em Berlim e em Paris e distribua aos Senhores/as Deputados/as Municipais. Para os Senhores/as Deputados/as Municipais consultarem por si próprios. Para não ser eu a dizer para consultarem por si próprios.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Finalmente, o filme que eu já vi por três ou quatro vezes, que foi aqui apresentado é sempre o mesmo filme. O filme que nós aqui vimos há pouco não tem uma única palavra. Uma única palavra sobre o enterramento da linha de muito alta tensão, na Estrada Nacional 377. Uma única. O que estamos aqui a discutir e o Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes já aqui chamou atenção, não é a reabilitação da Estrada Nacional 377. O que estamos aqui a discutir é o enterramento da linha de muito alta tensão no traçado proposto da Estrada Nacional 377. O filme que acabamos de ver não tem uma única palavra sobre esse processo, uma única. E depois uma última questão. O filme é bonito, é bonito à vista. Não se vê no filme, todas as infraestruturas de eletricidade e telecomunicações que estão à superfície em postos hoje na Estrada Nacional 377. Não se vê. Mas, segundo o anexo 3 do Acordo que a Câmara Municipal firmou com a REN, também não se prevê o enterramento por parte da REN dessas infraestruturas. Pergunta: vão ficar à superfície? E não estão no filme, Porquê?”

### 6.3.7 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar quero começar por me dirigir a todos os fregueses da Freguesia da Charneca de Caparica e Sobreda, e dizer-lhes que se o Presidente da Junta, ou o executivo da Junta, tivessem alguma dúvida sobre o impacto na saúde das pessoas relativamente o enterramento das linhas de muito alta tensão, eu seria o primeiro a opor-me firmemente e a fazer oposição firme contra essa situação. Portanto, toda a informação que tenho e toda a informação que foi distribuída à Junta de Freguesia, garante que não existem problemas na questão da saúde pública relativamente ao traçado escolhido entre a Câmara Municipal de Almada e a REN, não existem problemas de saúde pública. Vou repetir: se o Presidente da Juntas de Freguesia Charneca de Caparica e Sobreda, tivesse a mínima dúvida sobre o impacto que esta infraestrutura pudesse ter na saúde pública, eu seria o primeiro a sair para a rua. Portanto, eu garanto a todos os fregueses que ali habitam, e trabalham de que não existe risco de saúde pública.

Depois, temos visto nos últimos dias, desde a última sessão e desde que este documento foi apresentado, a bancada da CDU a fazer um circo, a tentar montar um circo, relativamente a este debate que devia ser um debate sério, construtivo, em que procurou criar, e agora vem sendo normal criar alguns circos mediáticos para tentar criar um caso aqui, um caso ali, começou com o Movimento Associativo, depois passa para os trabalhadores da Câmara Municipal, depois vai tentando montar alguns circos procurando dizer que está viva. Portanto, nós também percebemos.

Mas, queria dar nota e apelar ao sentido de responsabilidade da CDU. Apelar ao sentido de responsabilidade. A CDU geriu este território durante 41 anos. E em outubro de 2017, perdeu as eleições pela primeira vez. Não pode por ser oposição, ter a postura que tem vindo a ter. De degradação da democracia em Almada, este formato que a CDU adotou depois das eleições, não é aceitável, e isso é uma coisa que me deixa profundamente chocado. Esperava muito mais e a população e os eleitores da CDU esperavam muito mais que a CDU tivesse uma participação ativa de construção daquilo que é uma nova era no Concelho de Almada. E que não andasse constantemente a minar o debate, e a minar a qualidade da democracia em Almada. Parece-me que isto é um assunto relevante e de enorme importância.

Relativamente à questão da Estrada nacional 377. Parece-me também que isto é uma profunda derrota política da CDU em Almada. Profunda. Talvez uma das maiores derrotas políticas. Dezassete anos para requalificar uma Estrada Nacional que foi transferida em 2001, para a competência da Câmara Municipal, e dezassete anos depois, estava na mesma. Talvez seja a maior derrota política e isto também denota aqui a impreparação de muitos que estavam à frente do executivo da Câmara Municipal de Almada. Porque já percebemos do slogan, do trabalho, da honestidade e da competência. Quanto ao trabalho estamos conversados. Quanto à competência também. E quanto à honestidade, vamos ver sexta-feira, para acabarmos com o mito urbano da boa gestão.

Outra coisa que eu queria aqui referir e que é importante, quem durante estes anos prejudicou de forma grave aquele território e aquela população, foi a CDU. Deixou um território abandonado, sem estradas, sem passeios, com um planeamento urbanístico desastroso, na Sobreda com AUGI,s atrás de AUGI,s, que a maior AUGI da



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

12

Área Metropolitana de Lisboa que era a Quinta do Guarda Mor, que foi resolvido pela Câmara Municipal de Almada há uns dias. Isto é que é ser contra as populações, isto é que é ser contra as populações. Fizeram na Charneca de Caparica a distribuição de um documento (eu por caso esqueci-me de o trazer, porque troquei de mala), andaram a fazer um alarme social com um documento com um boneco a dar choque às populações. Com um boneco em choque, com um esqueleto em choque. Eu pergunto se isto é de um Partido responsável? Eu pergunto aqui a todos vós e à população, se, isto é, de um Partido responsável? Não é. Não é. E é inaceitável o alarme social que foi criado. O problema é que não teve impacto nenhum, as pessoas reconhecem e sabem perfeitamente o que é que se está a passar. Na Assembleia de Freguesia é debatido, na rua é debatido com a população, falamos com as pessoas todos os dias sobre aquilo que vai acontecer na Estrada Nacional 377, e desafio a CDU, a ir à Charneca de Caparica fazer novamente a distribuição destes documentos. Desafio vão lá falar com as pessoas e vão ver o que eles lhes dizem. Querem montar um circo, mas não vão conseguir.

Depois quero também fazer uma pergunta. A CDU, nos últimos dois anos, fez alguma proposta para este território? Alguém viu uma única proposta para este território? Zero. Sempre contra, sempre contra. Zero propostas. Qual é a ajuda que dá? Zero. Isto não é nenhum partido político com o historial que tem a CDU em Almada. Pelo menos eu não o reconheço assim.

Relativamente a algumas considerações que o Senhor Deputado Municipal João Galdes fez aqui. Processo opaco. Quero-lhe dizer que não lhe admito esse tipo de palavreado. Deve-me estar a confundir com alguém. Não lhe admito. Não há opacidade nenhuma. A Junta de Freguesia conseguiu foi de forma consciente daquilo que estava a fazer.”

### 6.3.8 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Há de facto, muitas formas de minar o debate político e acabamos de assistir a uma delas. Senhora Presidente de Câmara, muito rapidamente. Os serviços foram consultados? Emitiram algum parecer? Há algum relatório, algum parecer técnico dos serviços da Câmara Municipal dando um parecer sobre o enterramento das linhas de alta tensão, ou não? É uma resposta de sim ou não.

Em relação aos documentos que nos foram distribuídos. No dia 8 de abril de 2019, o Ministério da Defesa Nacional, respondeu dizendo a dada altura que: “consultada a Marinha e a Força Aérea e de acordo com os diplomas em referência, dada a complexidade do projeto, e os potenciais impactos do mesmo sobre a zona de servidão militar, o referido processo não se encontra em condições de ser viabilizado nos termos em que é que foi apresentado”. O que é que foi feito desde então para obviar esta questão.

Para terminar, aconteceu precisamente aquilo que eu tinha dito que não devia acontecer. Eu não estou aqui a votar a requalificação da Estrada Nacional 377. Pelo que o filme que eu vi, não sendo opaco, não revela coisa nenhuma. Porque como já aqui foi dito, eu voltei a não ver, e quem esteve a ver viu um projeto para uma requalificação da estrada que não é isso que estamos aqui a votar hoje. Mas não vi onde é que as linhas vão ser enterradas. E, repito, não admito, há aqui quem não admita muita coisa, eu não admito que coloquem em causa a minha posição sobre esta questão, com ameaças de que isto é uma forma de protelar o processo. Não. Eu não tenho certezas sobre este processo, não tenho certezas sobre o impacto que isto possa ter sobre a vida e a saúde das populações, e como tal, não posso em consciência votar de acordo com aquela que é a vontade do Senhor Presidente da Juntas de Freguesia Charneca de Caparica e Sobreda, e não lhe admito que coloque em causa o meu sentido de voto da forma como tem estado a fazer, não apenas nesta Assembleia Municipal como noutras.”

### 6.3.9– A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar pedi a palavra porque repudio mais uma vez, a afirmação que foi feita de que houve um afastamento deliberado das Juntas de Freguesia de Caparica e Trafaria. E é por respeito aliás, da Senhora Presidente, dessa União de Freguesias, Teresa Coelho, que eu nem sequer concebo que ela precisasse que eu



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Ihe lá fosse dar a mão para tomar uma decisão seja em que sentido for. Portanto, tenho demasiado respeito pelos Autarcas perante esta afirmação. E desafio o Senhor Deputado Municipal João Gerales a trazer aqui uma única prova do que diz. Eu já desisti há muito, infelizmente, que a CDU tenha qualquer abertura sequer para avaliar qualquer tema. Uma coisa é certa, seja ele qual for. Desde festas, desde marchas, desde enterramentos de linhas, desde parques de estacionamento, regulamentos, requalificação. Os Senhores Vereadores, da CDU, foram capazes de votar contra as grandes obras de requalificação do nosso Concelho, alegando também que havia ilegalidades. Que o Tribunal de Contas ia chumbar, azar, não chumbou nenhum. E, portanto, sexta-feira poderemos falar sobre quem sabe gerir processos. Portanto, eu já nem vou responder mais ao Senhor Deputado Municipal João Gerales.

Agora, podemos sempre, quando diz que neste filme não está a linha enterrada, claro que não está. Porque este foi o trabalho da Câmara Municipal. E aproveito também para responder ao Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes, esta era a parte do trabalho que nos cabia, e os Senhores Deputados Municipais estavam lá os dois, os Senhores Deputados estavam lá os dois. O Senhor Vereador José Gonçalves, penso que teve 10 anos para tratar desse assunto, não foi capaz. Eu posso-lhe dizer que quem desenhou isto fomos nós. E o que é que isso interessa Senhor Vereador, estamos a falar de um dos maiores investimentos para o nosso Concelho. Os Senhores não se querem dedicar à caça aos gambozinos? Vamos fazer um debate sobre isso.

Há, no entanto, aqui uma posição de franca má fé. Porque os Senhores Deputados estiveram nas sessões de esclarecimento. Ainda bem que o Senhor Deputado Municipal João Gerales reconheceu que já viu o filme 4 ou 5 vezes, portanto já o deve conhecer até melhor do que eu. Isto é a apresentação da REN, nós fizemos o nosso trabalho, e a REN fez o dela. O traçado da linha foi-vos claramente mostrado. Mais, a forma como a linha iria ser enterrada, numa caixa de betão, também. E, portanto, vir aqui dizer, mais uma vez para assustar as populações, por total desrespeito pelos almadenses, porque os Senhores só pensam no vosso Partido e não pensam em Almada. Nunca. E, portanto, andam a criar o medo. Eu tinha vergonha da vossa ação em 40 anos.

E se dúvidas houvesse, eu volto a insistir, também ao nível da Câmara Municipal em dois anos não houve uma proposta da CDU, nem sequer para uma pequena moção. Sobre os trabalhos nem todos os partidos foram assim. Não houve nem uma. Portanto, aí se demonstra o interesse que a CDU de Almada e eu não confundo com o Partido Comunista Português, que a CDU de Almada, devia envergonhar-se da imagem que dá até por respeito da história do Partido que representam.

Vou terminar. Toda esta informação foi distribuída, os Senhores tiveram a ocasião de estar com os especialistas, de perguntar, vir aqui afirmar nesta Câmara Municipal, mentindo deliberadamente, que não sabem como a obra vai ser feita, que não sabem como é que vai ser o equipamento, porque agora descobriram que afinal sempre há as linhas de alta tensão em Paris, em Berlim. Ainda bem, em boa hora. Senhores Vereadores penso que a vossa capacidade de observação, talvez consigam chegar ao facto de saber que estes 150KW é o mais baixo. Os Senhores estão a confundir com linhas de 700. E, portanto, Senhores Vereadores podem continuar, eu já desisti, não vão mudar de atitude, acham que fizeram tudo muito bem, achavam que eram reis e senhores, mas felizmente a democracia venceu em Almada."

**6.3.10 – O Senhor Deputado Municipal José Lourenço (CDU):**

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A intervenção do Senhor Deputado Municipal João Gerales da CDU, na anterior sessão, abordou já de forma bastante exaustiva as razões que nos levam a estar contra a proposta de Minuta de Acordo a celebrar entre a Câmara Municipal e a REN.

Este Acordo visa o enterramento por dentro do tecido urbano das Uniãos de Freguesia da Charneca de Caparica Sobreda e da Caparica Trafaria, do troço da Linha de Muito Alta Tensão de Energia Elétrica, no nosso Concelho entre a Quinta da Queimada na Charneca de Caparica e a Trafaria e em grande parte ao longo da Ex Estrada Nacional 377.





## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

12

Uma vez mais reafirmamos, para que não haja qualquer dúvida, que defendemos o enterramento desta Linha de Muito Alta Tensão, nos estritos termos em que foi acordado com a REN em 2014, isto é, ao longo da A33, preferencialmente ao longo da via, ou em alternativa na zona de servidão adjacente a esta via.

Continuamos a não entender os argumentos trazidos pela Infraestruturas de Portugal (IP) para cima da mesa e que do ponto de vista deles inviabilizam esta solução e achamos que todos esses argumentos são superáveis, com muito menores custos sociais e ambientais do que a solução que agora parece ter sido acordada com a Câmara Municipal.

Uma vez mais defendemos a Requalificação da Ex Estrada Nacional 377, com perfil de via urbana, em que todas as infraestruturas elétricas e de telecomunicações são enterradas em espaços próprios e visitáveis. Eu estou a rir-me, porque o filme é muito bem feito, ninguém vê as redes de telecomunicações, aqueles fios desaparecem. Fizeram aquilo que as senhoras costumam dizer que é um lifting, aquilo foi uma limpeza. Com ciclovia, novos passeios e nova iluminação pública urbana ao longo de toda a via requalificada. Nos termos aliás, do projeto de execução de grande parte da via a requalificar que se encontra na Câmara Municipal pronto a ser lançado para obra.

Não aceitamos que o espírito de colaboração com o Ministério do Ambiente e a REN subjacente ao acordo de transação assinado em 23 de maio de 2014, signifique aquilo a que vimos assistindo. Uma completa subjugação aos interesses da REN dos interesses das nossas populações locais e até mesmo dos possíveis riscos de saúde que possam vir a correr as populações que residem nas zonas adjacentes à passagem desta Linha de Muito Alta Tensão, bem como dos trabalhadores que no futuro sejam chamados a intervir na manutenção desta ou doutras infraestruturas situadas próximo.

Não aceitamos que, tratando-se esta proposta de enterramento da Linha de Muito Alta Tensão ao longo da Ex Estrada Nacional 377, acordada entre a atual Câmara Municipal e a REN, de uma solução completamente diferente daquela que foi estudada pela COBA em 2005 para a REN, no âmbito do Estudo Ambiental então realizado, não seja neste caso efetuado um novo Estudo de Impacto Ambiental. Eu aconselho os Senhores/as Deputados/as Municipais, a verem o resumo não técnico, feito nessa altura, e verem os mapas que lá estão, e verem a zona ambiental que foi analisada, e vejam se essa coincide com esta. Não há nenhuma coincidência, estamos a falar de outra zona, como tal é necessário estudo de impacto ambiental, é o mínimo que se pode fazer. Reparem que esta solução agora apresentada está claramente fora do corredor ambientalmente viável, basta irem ver o resumo não técnico não encontram isso. Estudado em 2005. E por isso mesmo é exigível esse novo Estudo de Impacto Ambiental.

Mais ainda, o relatório do grupo de trabalho para os Campos Eletromagnéticos (que eu tenho aqui este relatório, feito por um grupo), criado pelo despacho nº 1668-A/2017, diz claramente que: “no que respeita às Linhas de Muito Alta Tensão, os projetos são acompanhados de estudos de impacto ambiental (pág. 22 do referido estudo). E mais ainda na pág. 23 diz-se que “... o processo de licenciamento é constituído pelo projeto, pelo estudo de impacto ambiental e respetiva Declaração de Impacte Ambiental - DIA”.

Senhoras e Senhores eleitos Municipais, todo este processo de entendimento entre a Câmara Municipal e a REN, para uma nova solução de enterramento da Linha de Muito Alta Tensão no nosso Concelho e ao longo da Ex Estrada Nacional 377, tem sido até hoje um processo nada transparente, com uma quase completa falta de participação dos eleitos municipais, dos eleitos de freguesia e das populações locais. O cúmulo desse défice de participação é sem dúvida o completo afastamento da União de Freguesias de Caparica e Trafaria de todo este processo, ignorando a Câmara Municipal que nos termos da nossa Constituição da República as freguesias são autarquias locais tal como os municípios (nº1 do artigo 236º) e que os órgãos representativos das freguesias são a Assembleia de Freguesia e a Junta de Freguesia (artigo 244º).

A sessão de esclarecimento do passado dia 6 de setembro, promovida pela REN, Câmara Municipal e União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda, foi o culminar de tudo isto e o espelho de que se tem vindo a fazer.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

A REN geriu a sessão a seu belo prazer, tendo-se chegado ao ponto de a própria professora presente para explicar as questões eletromagnéticas ter sido convidada pela REN e, ser a coordenadora científica do projeto MEDEA, que existe desde 2008, financiado pela REN e que resulta de uma parceria entre a REN e a Sociedade Portuguesa de Física. Portanto, a Senhora trabalha para a REN num projeto que é o projeto MEDEA desde 2008, a REN aproveitou: “venha lá connosco explicar aquela gente lá da Charneca”; afinal o que isto é.

Este projeto MEDEA é um projeto do interesse da REN que é desenvolvido junto das escolas e serve para medir os campos eletromagnéticos de muito baixa frequência de todos os equipamentos elétricos que nos rodeiam (secadores, torradeiras, micro-ondas, frigoríficos, etc..). Todos percebemos muito bem, que quando estamos a falar de uma Linha de Muito Alta Tensão, que pode ser colocada quase debaixo dos nossos pés, a poucos metros da nossa casa, da coletividade, da igreja, do barbeiro e do café que frequentamos, não é a mesma coisa que submeter-nos ao efeito do campo eletromagnético a que nos sujeitamos quando ligamos a nossa torradeira de manhã ao pequeno-almoço. Mas pasme-se, há quem pense que nós podemos pensar isso! Francamente ao que chegámos!

Tão absorvidos que estavam com a torradeira, o micro-ondas e o secador, que se esqueceram de explicar, (os técnicos da REN) o projeto de execução de uma obra com esta complexidade, como é enterrar uma Linha de Muito Alta Tensão numa via que atravessa uma densa malha urbana. Onde certamente existem “n” ligações de águas, esgotos, adutoras e outras, que exige a abertura de uma vala contínua, no mínimo, a uma profundidade considerável e com uma largura nunca inferior a um metro, de preferência muito maior, para que se possam colocar lá dentro, como acontece, como aqui foi referido, na Parque Expo e em outros sítios, para poder ser feita a manutenção como deve ser, de forma a ser visitável no futuro para manutenção e reparação se necessário dos cabos de muito alta tensão que aí ficarão situados.

Atenção, não tiveram tempo de explicar o projeto de execução, mas disseram nessa brilhante sessão de esclarecimento que têm a obra já adjudicada. É caso para perguntar, então o que é que estamos aqui a fazer?

Mas ainda há mais, se o relatório do grupo de trabalho para os campos eletromagnéticos refere na sua página 17, que as zonas de exclusão devem ser superiores a 10 metros da colocação desta Linha de Muito Alta Tensão (página 17 do Relatório, do grupo nomeado pelo Governo, em que está gente da Direção Geral de Energia e outros técnicos, leiam o Relatório), ora no trajeto da Ex Estrada Nacional 377 temos casas de habitação, um Centro de Dia, que se viu muito bem ali e uma Bomba de Gasolina a menos de 5 metros de distância e lojas, cafés, casas de habitação a menos de 10 metros. Será que nem isto nos leva a parar para pensar e ponderar todo este processo?

Finalmente e talvez não menos importante, dada a forma como a malha urbana da Charneca de Caparica se desenvolveu ao longo de anos em torno da Ex Estrada Nacional 377, sendo por isso este o eixo fundamental da Charneca de Caparica, gostaríamos de saber, onde pensam colocar no futuro, o troço do MST – Metro Sul do Tejo que prometeram trazer à Charneca de Caparica? É que ali não vão colocar. Essa é outra enorme implicação de uma decisão deste tipo. Com o avanço desta solução e esqueçam já, uma verdadeira solução urbana para esta via, pois nunca mais vão poder proceder ao enterramento de mais infraestruturas neste espaço canal. Ele fica reservado para a Linha de Muito Alta tensão. Aquele espaço canal esqueçam-no.

São tantos, tantos os argumentos contra uma solução destas que não podemos deixar de apelar aos eleitos locais aqui presentes para que ponderemos bem o que vamos decidir, clarifiquemos as muitas dúvidas que este processo nos coloca, não tenhamos medo de ouvir verdadeiramente as populações, sejamos intransigentes na defesa dos seus interesses económicos, sociais, ambientais em suma preocupemo-nos com o seu verdadeiro bem-estar. Aquilo que decidirmos sobre esta matéria responsabiliza-nos a todos nós, da mesma forma que a decisão que foi tomada na Câmara Municipal responsabilizou individualmente cada um desses eleitos. O argumento de que os outros prometeram respeitar a legislação em vigor, não pode ser suficiente para a viabilização desta solução. Os princípios que norteiam o desenvolvimento da atividade de qualquer grande grupo económico como a REN não podem ser os mesmos que norteiam a ação de poder local democrático.



7/2

Foi assim no passado quando, apesar do estudo de impacto ambiental efetuado, das medidas mitigadoras aprovadas e do licenciamento aprovado, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal, as Associações de Moradores e as Juntas de Freguesia, entenderam não aceitar que a Linha de Muito Alta Tensão por via aérea fosse efetuada. Só temos que agora que prosseguir o mesmo caminho. Primeiro estão os interesses das populações que representamos só depois vêm os interesses das empresas com que trabalhamos.”

**6.3.11 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para, sinto essa necessidade, porque a Senhora Presidente da Câmara não me respondeu às perguntas que lhe coloquei, e apenas para fazer mais uma recapitulação. Foi aqui referido que todos os partidos estavam de acordo com o enterramento das linhas, mas houve um Partido que votou contra o anterior Acordo que foi o Bloco de Esquerda. E porque não estava previsto o enterramento das linhas após o galgamento da IC20, não faço ideia o que é que mudou, mas mudou o voto desse partido.”

**6.3.12 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Matias (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Este é um assunto já muito debatido, já percebemos nesta Assembleia Municipal quais são os Partidos que procuram construir soluções para o Concelho, que querem participar e que dão o melhor nestes debates, procuram também encontrar soluções em conjunto connosco, é assim que se constrói soluções para todos os Municípios, nas Freguesias e é assim que devia ser o caminho. Infelizmente, em Almada, já reparamos que a CDU está afastada, não nos querem ajudar a construir novas soluções para o Concelho, encontrar novos caminhos para o Concelho, e a bancada do PS lamenta isso.

Só algumas notas relativamente aquilo que foi a intervenção do Senhor Deputado Municipal José Lourenço. Dizer-lhe também que os estudos de impacto ambiental, só são necessários quando é por linhas aéreas, em linhas enterradas não há essa necessidade.

Depois mais duas questões. O seu discurso colocando a honorabilidade da senhora professora que lá foi em causa, e quase roçando que era uma corrupta, pelo menos foi aquilo que eu entendi. Parece-me que isso não é normal, o Senhor Deputado tem muita experiência nestes debates não me parece que seja normal e há qualquer coisa aí que não está a funcionar. Outra coisa que foi quase uma perseguição pidesca àquilo que é o desempenho profissional da senhora professora, e isso também não é normal. Só dizer que me parece que a CDU em Almada, abdicou do seu programa eleitoral. Neste momento, a mentira o ódio e a intolerância, passaram a ser o seu programa eleitoral.”

**6.3.13 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De facto, não respondi ao Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes e que levanta a questão importante do oleoduto da Nato, e exatamente é um bom exemplo. A obra só poderá ser feita quando a passagem do oleoduto for resolvida. Aliás, essa questão do oleoduto punha-se de qualquer maneira, fosse pela A33 ou não, porque como sabe tem a ver com o atravessamento da IC20. Portanto, aqui para o enterramento, a questão seria exatamente a mesma. O que nós sabemos é que, entretanto, pedimos informações à REN, porque isso são todas as diligências que competem ao promotor da obra, que é a REN fazer, e que em princípio já está acordada a forma. Quando eu digo que é importante o plano de execução, que é o Ministério da Defesa, o que pede é: “digam-nos como é que vão fazer passar para nós podermos aprovar ou não”. E mais uma vez, é um bom exemplo. Pergunta-me quais são os pareceres da Câmara Municipal? Os pareceres que a Câmara Municipal exige, porque a Câmara Municipal não tem competências para isso, é que todas as entidades que por Lei devem ser ouvidas, sejam ouvidas, e daí o seu parecer positivo. Eu não minimizo nenhum serviço da Câmara Municipal, mas prefiro ter uma declaração da Agência Portuguesa do Ambiente, e de entidades responsáveis na área da saúde, a dizer que não se opõem, que não há inconvenientes, do que estar a sujeitar os nossos serviços a terem



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

que fazer pareceres. Podem fazer pareceres sobre pareceres não técnicos, pelos vistos era o hábito. Nós gostamos mais de pareceres técnicos.”

**6.3.14** – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum, procedeu-se a votação, tendo a proposta sido aprovada por maioria, com 23 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias que o integram, 5 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 14 votos contra, sendo 13 votos contra, dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente, através da seguinte

### DELIBERAÇÃO

*A Assembleia Municipal de Almada aprova a Minuta de Acordo e seus anexos a celebrar entre a Câmara Municipal de Almada e a REN- Rede Elétrica Nacional, ao abrigo do artigo 25º, nº 2, al. k), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos precisos termos da Proposta nº 97/XII-2ª da Câmara Municipal de Almada.*

**6.4** – Entrou-se no ponto 3.13 da ordem do dia, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios”.

**6.4.1** – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Têm à vossa apreciação um documento que consideramos importantíssimo e fundamental no Concelho de Almada, documento este que, preparado para uma década, vem responder também a uma necessidade em termos de segurança do nosso Concelho. Eu quero antes de mais e se me permitirem, fazer aqui um ponto prévio na apresentação desta proposta, dizendo que todos os serviços se empenharam muito, no âmbito da formulação deste grande Plano Municipal, documento estratégico e orientador, e que vem definir também não só a necessidade de elaboração de um Plano Operacional Municipal, já ele próprio aprovado, mas que dota naturalmente do Concelho, de mais um documento de planeamento e um documento estratégico fundamental naquilo que é a área da prevenção e da segurança contra incêndios. Almada é conhecida e sinalizada neste momento como sendo um Concelho de diferentes riscos, desde logo concentramos a nossa atuação e a nossa atenção no âmbito de um Plano que estaria a ser preparado. E a elaboração porque o país sofreu nos últimos anos e foi fustigado com alguns acidentes que todos nós rejeitamos e que penalizaram todos os portugueses e o sentimento neste momento é de que temos que estar preparados e as populações têm que ter medidas de autoproteção, para se defenderem em caso de incêndio. Mas há que fazer também em Almada, outro caminho ao nível da prevenção, desde logo por causa do risco sísmico, o risco de galgamento e outros riscos que estão sinalizados no Concelho de Almada. E para isso, o Serviço Municipal, definiu como caderno de encargos, no âmbito da tutela que tenho sob a minha responsabilidade, a elaboração de uma série de planos e de planos de contingência, que possam responder aos diferentes riscos presentes no nosso Concelho. Prevenir, é também garantir a segurança das pessoas.

O Plano em concreto que hoje está à vossa consideração, que é um Plano que nos orgulha a todos, foi elaborado transversalmente por diferentes serviços, colheu também ao nível da cartografia e transferência de dados algum apoio vindo também do Serviço Municipal de Água e Saneamento, teve um empenho muito grande, técnicos e profissionais na nossa Câmara Municipal, e eu quero aqui deixar naturalmente também, um agradecimento muito especial a quem, em pouco tempo e usando todas as armas e instrumentos e saberes de que está dotado o nosso Serviço Municipal de Proteção Civil, conseguiu cumprir este grande desafio. Aos técnicos que se encontram nos serviços que tutelam, bem-haja, por se dedicarem todos os dias com a mesma força e a mesma alma, para defender Almada e as suas populações.

O Plano Municipal como disse, é um instrumento de planeamento que abrange todo o nosso Município e estabelece a Estratégia Municipal de Defesa da Floresta, identificando medidas, indicadores, metas e responsáveis para o efeito, operacionalizando desta forma as medidas contidas nas normas de Defesa da





12

Floresta Contra Incêndio, e nomeadamente o Decreto-Lei nº 124/2006, de 28 de junho. O Plano Municipal de Defesa de Floresta contra Incêndio de Almada, teve parecer favorável positivo da Comissão de Defesa da Floresta de Almada, a 20 de dezembro 2018. mereceu parecer vinculativo positivo por parte do ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, a 08 maio 2019.

Está à vossa consideração este grande documento que é composto por três grandes cadernos, mas permitam-me aqui naturalmente, dar nota também da aprovação em tempo e em prazo, em abril deste ano do Plano Operacional Municipal 2019, e nomeadamente no dia 15 de abril de 2019.

O Caderno 1 e 2, após a sua conclusão pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, recolheu também o parecer favorável da Comissão Municipal de Defesa da Floresta. E foram submetidos a consulta pública durante trinta dias consecutivos, o mínimo naturalmente 15 dias. E foi remetido também ao ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. O que quer dizer com tudo isto, é que se cumpriu todo aquele que é o formalismo e o procedimento e houve à data o parecer favorável também de todas as entidades envolvidas, o que dignifica este grande documento que está hoje à vossa apreciação. Almada tem mais um documento de planeamento, mais um documento estratégico e naturalmente aquilo que se pede é que os Senhores/as Deputados/as Municipais, órgão fiscalizador, possam deliberar favoravelmente a apresentação deste mesmo Plano.”

**6.4.2** – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, procedeu-se a votação, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade, através da seguinte

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, aprova o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, ao abrigo do artigo 25º, nº 1, al. h), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro nos precisos termos da Proposta nº 98/XII-2º da Câmara Municipal de Almada.*

**6.5** – Entrou-se no ponto 3.14 da ordem do dia, relativo a apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Participação do Município na Associação de Turismo de Lisboa”.

**6.5.1** – Para apresentação da proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A proposta é bastante clara, foi distribuída a todos/as os/as Senhores/s Deputados/as Municipais, penso que todos concordam da importância de Almada, à semelhança de outros Municípios da Área Metropolitana de Lisboa, se associar à Associação de Turismo de Lisboa, para a promoção do seu território e o desenvolvimento da sua economia, sobretudo para o desenvolvimento de áreas tão privilegiadas como aquelas que temos aqui em Almada.”

**6.5.2** – Não havendo pedidos de palavra e verificado quórum procedeu-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte

#### **DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada aprova a participação do Município na Associação de Turismo de Lisboa, a abrigo do disposto no artigo 25º, nº 1, alínea n), parte final, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 53º, nº 1, da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e nos termos do artigo 54º, nº 1 deste diploma legal, nos precisos termos da Proposta nº 100/XII-2º da Câmara Municipal de Almada.*

**6.6** – Entrou-se no ponto 3.15 da ordem do dia, relativo a apreciação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aprovação da declaração de alteração por adaptação dos PMOT em vigor, com vista à integração, e consequente compatibilização, das normas do Programa da Orla Costeira de Alcobaça-Cabo Espichel (POC-ACE).”

**6.6.1** – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara e a Senhora Vereadora Francisca Parreira.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O que está em questão é, após a atualização e após a aprovação do POC-ACE – Programa da Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel, a atualização do Planos Municipais de Ordenamento do Território. Em Almada, temos diferentes, no âmbito do quadro normativo do POC-ACE, temos Planos Municipais que precisam de atualização. Trata-se de um mero procedimento administrativo e legal, formal se assim podermos dizer. Os Planos são os seguintes: o Plano Diretor de Almada, o Plano de Pormenor das Praias Urbanas da Costa da Caparica, o Plano de Pormenor do Jardim Urbano da Costa da Caparica, o Plano de Pormenor do Bairro do Campo da Bola, na Costa de Caparica e o Plano de Pormenor das Praias de Transição. Todos estes necessitam de atualização. A não atualização dos referidos Planos Municipais, nas formas e prazos estabelecidos, determinará a suspensão das disposições indicadas como incompatíveis com as normas do POC-ACE. Nesta medida os PMOT – Planos Municipais de Ordenamento do Território, supracitados deverão ser objeto da devida adaptação nos termos previstos na legislação com vista à integração e conseqüente compatibilização das normas do POC-ACE. Assim, está à vossa consideração determinar que esta atualização possa ser feita através desta deliberação.”

**6.6.2 –** No debate usaram da palavra o Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU), a Senhora Vereadora Francisca Parreira e a Senhora Presidente da Câmara.

**6.6.2.1 –** O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Antes de mais uma questão para esclarecimento. Na convocatória este ponto está como apreciação da proposta da Câmara, não tem votação, portanto eu deduzo que não há votação desta proposta, aliás, como consta da proposta que foi aprovada pela Câmara Municipal, na informação dos serviços, há uma informação à Assembleia Municipal.

Sobre esta matéria a CDU coloca à consideração as seguintes questões: A Câmara Municipal, nos termos da Lei, já aprovou a declaração de conformação dos Planos Municipais de Ordenamento do Território às orientações definidas no quadro do Programa da Orla Costeira Alcobaça-Cabo Espichel, POC-ACE, e dá agora conta a esta Assembleia Municipal, através desta proposta do quadro em que tomou tal decisão. Todos constatamos que a maior parte das preocupações que o Município expressou em 2017, através da deliberação da Assembleia Municipal tomada em 30 de junho daquele ano, foram vertidas para o POC-ACE. A CDU, não pode deixar de sublinhar que a aplicação do POC-ACE, irá decorrer num processo com muito escassa participação efetiva das populações e das entidades diretamente interessadas neste Programa. A CDU não tem dúvidas que todos temos que enfrentar e gerir as questões colocadas pelas alterações climáticas. E essa é uma razão acrescida que justificaria uma participação forte e alargada das populações e das suas organizações na discussão e na aplicação deste Programa, dado que a aplicação das medidas preconizadas no POC, irá ter um enorme impacto no território, na vida das populações e nas atividades económicas desenvolvidas na Costa da Caparica.

Finalmente, a CDU propõe, que a Câmara Municipal de Almada, informe esta Assembleia Municipal como pensa trabalhar em conjunto com as direções dos parques de campismo, que propostas tem para concretização das recomendações do POC como sejam a realocação dos mesmos, com os agentes da pesca, da Arte Xávega, e em geral, com as direções das associações ligadas à prática do Surf, em todas as associações e considerando ainda as diferentes forças políticas com representação nos Órgãos Municipais.”

**6.6.1.2 –** A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

O POC-ACE não interfere com a questão da arte da pesca, o que foi conseguido foi criar um alargamento das zonas para moradores da Fonte da Telha, que quase duplicou o espaço.

Relativamente à participação das populações, eu penso que deverá perguntar aos Senhores Vereadores que eram antigamente o executivo, dado que este processo tem muitos anos, e, portanto, nós quando chegamos tivemos menos de um ano para o concluir. Portanto, se não houve participação deverá perguntar aos seus



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

camaradas de partido. E agora se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal me permitir passaria a palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira.”

### 6.6.1.3 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queria apenas relativamente às questões que aqui nos foram colocadas, poder fazer uma referência e isto seria uma discussão como o Senhor Deputado Municipal referiu, será uma discussão que teremos a oportunidade de fazer aqui, diretamente nesta Assembleia Municipal e conjuntamente com as populações e que nos levaria muito tempo a debater. Mas queria focar apenas dois aspetos por si referidos que considero da maior importância.

O POC-ACE, agora aprovado, vem impor algumas mudanças no território e em território já consolidado do nosso Concelho. A mudança e a transformação, que tem como primeira análise e pressuposto a salvaguarda e a segurança das pessoas, terá que ser discutida diretamente com essas populações. Disto não temos dúvidas, será seguramente um processo participado e nos novos licenciamentos em área de risco, seguramente há regras que hoje temos que cumprir que não estão cumpridas em licenciamentos anteriores, ou em construções e área já consolidada. E a questão não é apenas uma questão que tendencialmente tem a ver com os parques de campismo, porque tem a ver com as novas construções nestes territórios, tem a ver com o nosso desenvolvimento económico, o que queremos para este território e tem a ver nomeadamente com os próprios concessionários de praia. Sabe muito bem que é uma vastíssima ou são vastíssimos parceiros e interlocutores, que vão ter que proceder a um trabalho de adaptação, mas essa adaptação será feita com as pessoas e para as pessoas. Não vemos outra forma de fazer ou trabalhar este dossiê.

Relativamente aos parques de campismo, dou-lhe a mesma resposta. Aliás, o Senhor Deputado Municipal, se estiver atento, sabe perfeitamente que já foi iniciado um processo com os parques de campismo, aliás, há entidades que neste momento estão a fazer aquilo que lhes cumpre em termos daquilo que é a garantia ou a análise que as medidas de autoproteção dentro dos parques de campismo, aqueles que são efetivamente parques de campismo. Porque também sabe que em termos da tipologia e identificação daquilo que é um parque de campismo, temos infelizmente no Concelho de Almada, coisas que podem parecer parques de campismo, mas que não são parques de campismo e que nem licenciamento têm. E, portanto, esta é uma realidade que tem que ser naturalmente preparada, é uma realidade que temos que olhar e enfrentar com coragem, com a coragem que eu já transmiti aos órgãos de comunicação social e volto aqui a referir, que aquilo que será para encerrar, é para encerrar, e se tiver que ser encerrado, é com as pessoas e para as pessoas. Porque o Senhor Deputado Municipal não pode esquecer que quem lá está em situação de ilegalidade e/ou irregularidade, é um infrator. E quem não cumpre as regras coloca em causa todas as famílias que lá estão, todo o território que vai à volta. E o nosso primeiro desígnio e a nossa primeira responsabilidade é a segurança e a salvaguarda do nosso território.

De qualquer maneira volto a referir e naquilo que me diz respeito, a área da minha tutela, Senhor Deputado Municipal, não tenha dúvidas nenhuma que todas as pessoas serão chamadas para participar neste processo, e todas terão que ter de forma consciente a noção que vão ter que transigir e que o que está mal tem que ser mudado.”

### 6.6.1.4 – O Senhor Deputado Municipal João Galdes (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais

Em primeiro lugar para agradecer a Senhora Vereadora Francisca Parreira, o ter-me respondido às questões que a Senhora Presidente de Câmara recusou a responder. Prefere continuar a proferir dois anos depois do mandato, despachar as responsabilidades para cima dos outros, enfim, é uma opção, a Senhora Vereadora agradecer-lhe a resposta que deu às questões que nós colocamos e que são questões legítimas, nós não admitimos que alguém ponha em causa essas questões.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Depois a Senhora Presidente diz que o POC-ACE não tem nada a ver com a Arte Xávega e com a pesca, mas se ler o Relatório que nos foi distribuído, está cheio de Arte Xávega e pesca por todo o lado. E, portanto, não tem nada a ver.

Finalmente só esclarecer uma questão. Eu não estou distraído Senhora Vereadora Francisca Parreira, eu estou atento. E quero aqui lembrar que a questão dos parques de campismo não é uma questão nova. A questão dos parques de campismo estava equacionada há muito tempo, e toda a gente tinha a consciência que era preciso retirá-los do sítio onde estão, toda a gente tinha essa consciência, inclusivamente há Planos de Pormenor aprovados no âmbito do Programa Polis da Costa da Caparica e a Senhora Vereadora Francisca Parreira conhece-os bem, tem a obrigação de os conhecer bem, que previa exatamente uma solução para os parques de campismo. Agora, a questão que nós aqui colocamos e foram perguntas que nós aqui fizemos, custa-me a acreditar que não as considerem legítimas, eu agradeço as respostas que foram aqui dadas e registamos as respostas que foram aqui dadas. O futuro? Vamos ver como é que será.”

**6.6.3** – Não havendo mais pedidos de palavra, foi encerrado o debate tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da proposta em apreciação

**7**- Foi concluída a Ordem de Trabalhos assim como a agenda da Sessão, pelo que foi encerrada a reunião eram 0H 20, do dia 23 de outubro de 2019.

**9** – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Lina Gonzalez, Miguel Salvado, José Gonçalves, António Matos e Luís Filipe Pereira.

**10** - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara da TV Almada e de cerca de 30 Senhores Múncipes.

**11** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

*[Handwritten signatures]*  
Paulo Vieira  
Ana Fátima Silva